

Conclat fixa plataforma de negociação e luta

- Trimestralidade e reposição salarial
- 40 horas semanais
- Estabilidade
- Comissões de empresa
- Reforma agrária

Página 7

Fatores que explicam os 4 milhões de grevistas deste ano

Desde janeiro último, mais de 4 milhões de trabalhadores foram à greve no Brasil. O que ocasiona este ascenso das lutas? Pág.10

EDITORIAL

Agiotas arrogantes

De joelhos e de cabeça baixa, é como o FMI quer o Brasil e os demais países endividados. Na reunião anual deste organismo internacional das finanças, tanto o secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, como o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, fizeram belos discursos, com palavras estudadas, mas inflexíveis quanto ao conteúdo. Sem responder claramente aos protestos do ministro Dilson Funaro, do Brasil, que falou representando os anseios da maioria dos endividados, o FMI simplesmente elogiou a Argentina e a Coreia do Sul. A primeira, sob imposição do imperialismo, está aplicando um plano de economia de guerra, atirando nas costas do povo todas as consequências da crise. A Coreia, é praticamente uma colônia norte-americana, paraíso do capital estrangeiro, governada por um fantoche.

O esquema pretendido pelos grandes banqueiros é resumidamente o mesmo de agora, que obriga os países latino-americanos a pagar de juros, anualmente, cerca de 50 bilhões de dólares - sendo que só o Brasil participa com aproximadamente 12 bilhões. A novidade, segundo o sr. Baker, dos EUA, é que seria possível abrir novas linhas de crédito, evidentemente com as mesmas exigências já conhecidas, de supervisão e controle econômico pelas missões do FMI. Mais do que isto, os discursos dos grandes financistas insinuam que, em troca de tanta "bondade", os países que receberem mais dólares devem, como reciprocidade, acabar com as barreiras protecionistas - isto é, no Brasil por exemplo, pôr fim à reserva de mercado na área da informática.

A posição do governo brasileiro, embora ainda não se traduza em medidas práticas, tem sido de protestar diante das pressões e de exigir um novo tratamento da dívida externa, que não sufoque a retomada do cresci-

mento econômico, além de repudiarmos a interferência do FMI na política econômica do país. Por conta desta resistência, a grande imprensa revela que a delegação brasileira tem sofrido um cerco permanente, e uma verdadeira chantagem por parte dos banqueiros, das autoridades americanas e dos representantes do FMI. Os poderosos não aceitam discordâncias.

O fato é que aos poucos vai se criando um antagonismo entre os magnatas imperialistas e os países pobres. O movimento democrático, ao liquidar as ditaduras militares - como aconteceu no Brasil, no Peru e em outros países da América do Sul - força uma atitude mais independente dos novos governantes. Não é mais possível continuar com a submissão aos ditames da agiotagem internacional. A dívida externa, antes apresentada como "fator de desenvolvimento", é agora desmascarada abertamente como instrumento de dominação e como responsável direta da fome, do desemprego e da recessão.

Mas seria um equívoco deixar esta importante questão ser decidida de forma restrita nos gabinetes governamentais. O povo é o principal interessado numa atitude soberana, que conduza ao rompimento com o FMI e que coloque um freio na evasão de recursos para o exterior.

Por um lado é urgente que os trabalhadores e patriotas, e seus representantes, nos sindicatos, no parlamento e em todas as entidades de massas, exijam do governo suspender o pagamento da dívida externa, para que o assunto seja discutido livremente pelos brasileiros e para que as riquezas criadas aqui sejam destinadas ao progresso da nossa pátria. Por outro lado, o movimento democrático deve dar respaldo às atitudes positivas da Nova República, no sentido de garantir a independência e a soberania nacional.



Foto: Mauro Mattos

Assembléia no pátio da Fiat de Betim: praticamente todos os 8.500 operários aderiram, apesar do cerco policial.

Metalúrgicos de Minas Gerais fazem três dias de greve

Em Contagem eles obtiveram antecipação trimestral e produtividade de 4 a 10%. Pág. 10

Eleições Municipais

Em Salvador Kertsz defende aliança com os comunistas

Candidatura do PDS em Maceió entra em baixa com escândalo

Aliança Democrática ganha terreno na capital gaúcha

Fernando Henrique ouve os reclamos da periferia

Página 4



Foto: César Diniz

Fernando Henrique: com líderes das SABs e favelas em Vila Matilde

Terroristas do Riocentro ainda podem ser julgados

O tenebroso caso Riocentro, "o maior atentado terrorista da nossa história", depende do STM para ter nova investigação. Pág.4

Metrópoles do capital jogam duro na Coreia

A assembléia do FMI-BIRD em Seul desmentiu as ilusões de quem esperava um "novo tratamento" para a dívida externa. Pág.4

Bienal expõe 2.400 obras

de artistas de 46 países

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

A 13ª Bienal mostra um pouco de tudo na produção atual das artes plásticas no mundo. Pág.9



Tigrenses promovem manifestação no 10º aniversário de sua luta armada por liberdade

Povo do Tigre completa 10 anos de luta armada

O drama da fome na Etiópia comoveu o mundo. Mas pouco se mostrou do sofrimento e da luta do povo da província do Tigre, que há dez anos combate de armas na mão o regime de Mengistu Mariam e, por isso, não recebe qualquer ajuda governamental para enfrentar as dificuldades.

O Tigre se localiza ao norte da Etiópia, junto à também conflituosa província da Eritreia. Por diversas vezes desde a formação do império etíope, no final do século passado, o Tigre se levantou contra a dominação dos amaras, a classe dominante do império. Assim como os eritreus e os oromos, minorias nacionais que lutam pela independência de seus territórios, também os tigrenses aspiram a construir sua pátria. Há dez anos, em fevereiro de 1975, formou-se a Frente Popular de Libertação do Tigre (FPLT), que desde então desencadeia a luta armada contra o regime militar de Mengistu Mariam e controlam hoje, 85% do território.

CAUSAS DA FOME

A seca rigorosa que assola a África trouxe à tona o problema da fome, particularmente na Etiópia. A FPLT, em documento de maio deste ano, aponta três razões principais para o flagelo. "Parte da responsabilidade", afirma o documento, "cabe ao extremo atraso de nosso país. Ainda hoje, os implementos agrícolas no Tigre lembram os utilizados pelos antigos egípcios e axumitas, ainda sob o sistema econômico escravista". Em razão do atraso, boa parte das florestas do país foi derrubada e, com isso, o solo se desertificou.

"A seca contribuiu também para a fome. Ela foi agravada pela seca, mas esta calamidade natural não é a razão mais importante para se entender a presente tragédia. A seca só pode resultar em fome onde não existe nenhum auxílio para que os camponeses enfrentem a estiagem".

Segundo analisa a FPLT, há outros fatores a serem considerados, para o que deve-se olhar para a história do país, particularmente nos últimos dez anos. Com a deflagração da luta armada contra o regime etíope, o Tigre sofre freqüentes cam-

panhas militares, voltadas para destruir a economia do país. "A principal consequência das campanhas", relatam os patriotas tigrenses, "é o desalojamento dos camponeses do Tigre para países vizinhos. O desalojamento drena a força de trabalho necessária para produzir grãos e por isso a guerra movida contra o povo do Tigre tem grande responsabilidade pela fome. Além disso, a Junta programa suas campanhas para coincidirem com os períodos de plantio ou colheita, impedindo, assim, que se realize a economia agrícola".

FARSA DO "REASSENTAMENTO"

Desde 1979 o governo da Etiópia vem promovendo o "reassentamento" de tigrenses em outra região do país, entre as quais Wallega, no extremo sul. Despreparados para enfrentar doenças como a malária e a doença do sono, desacomodados à umidade, os tigrenses morrem ou fogem de volta para sua região de origem.

"Apesar de o regime afirmar que o único propósito do 'reassentamento' é ajudar as vítimas da fome no norte da Etiópia, um motivo ulterior é utilizá-lo para o recrutamento de soldados que sirvam de carne de canhão às aventuras militares", denuncia a FPLT. "O regime planeja retirar mais de 1,5 milhão de tigrenses e depositá-los no sul da Etiópia. Estes são os meios de que lança mão para reduzir a população do Tigre em mais de um terço, para minar a resistência popular".

Outra face da tragédia na Etiópia é o desvio de ajuda destinada à população das áreas sob controle das forças patrióticas. A FPLT chegou a propor, em 1983, um acordo com as autoridades etíopes para a liberação de estradas aos caminhões que levassem donativos aos flagelados. Os militares de Addis Abeba recusaram e, segundo fonte das organiza-

ções de auxílio às vítimas da fome, continuam desviando os fundos destinados ao Tigre e Eritreia.

ZONAS LIBERTADAS

Neste quadro de dificuldades e sofrimento, o povo tigrense desenvolve sua luta pela independência nacional e o progresso social. Desde o início da luta armada, em 1975, com a formação da FPLT, uma série de conquistas minoraram as penosas condições de vida no Tigre.

Na esfera social, a administração das zonas liberadas providenciou a construção em ritmo acelerado de escolas e hospitais. Em 1975, segundo dados dos patriotas, o país tinha quatro escolas e quatro hospitais, com um total de 200 leitos, para atender a 5 milhões de habitantes. Hoje, mais de 60 escolas e igual número de clínicas fornecem educação e assistência médica à população nas áreas sob administração da FPLT.

No período entre 1981 e 1983, cerca de 400 mil adultos foram alfabetizados, dos quais 53% eram mulheres. Fruto deste esforço de educação, pesadas discriminações que pesam contra a mulher vão sendo combatidas. Foram praticamente abolidas práticas como a da clitoriotomia.

No território sob controle da FPLT, onde vivem 90% da população do Tigre, o povo se organiza em mais de 2 mil entidades de massas, das quais 753 são de camponeses, 583 de mulheres, 671 de jovens, além de algumas de operários. A administração é exercida por conselhos populares eleitos em grandes assembleias, de onde são formadas comissões de trabalho para áreas como educação, saúde, economia e assistência social. São em todo o país, 35 conselhos que reúnem um total de mais de 3.800 membros efetivos.

Os dez anos de luta sob direção da FPLT propiciaram uma série de avanços para o Tigre. Resta agora completar a liberação do território e marchar para a construção da pátria independente e progressista. (Sílvia Queiroz)

Mário Soares foi o grande derrotado da eleição portuguesa

A direita, liderada por Anibal Cavaco Silva, do Partido Social Democrata, saiu vencedora das eleições realizadas no início do mês em Portugal. O PSD ficou com 85 cadeiras no Parlamento. O Partido Socialista, de Mário Soares, foi o grande derrotado do pleito, perdendo 46 das suas 101 cadeiras. Em terceiro lugar ficou o recém-criado Partido de Renovação Democrática (PRD), do presidente Ramalho Eanes, com 45 parlamentares eleitos. Outro lado importante foi o elevado índice de abstenção - 24,6% dos eleitores simplesmente não compareceram às urnas.

VIRAGEM À DIREITA

O resultado confirma a previsão do primeiro secretário do Partido Comunista (Reconstruído) de Portugal, Eduardo Pires, quando de sua passagem no Brasil. Pires falou, à *Tribuna Operária*, que "devido à grave crise econômica e social, setores da sociedade passaram a ver a saída da situação numa viragem à direita, com a adoção de medidas reacionárias, como a revisão da Constituição, a reprivatização das empresas públicas etc."

De fato, a plataforma com a qual Cavaco Silva saiu vitorioso do pleito, incluiu até mesmo a devolução das terras coletivizadas após abril de 1974 em Portugal aos antigos exploradores do povo camponês!

O resultado reflete o profundo descontentamento

dos portugueses com o governo Mário Soares, submisso aos interesses imperialistas e direitistas do país. A frente do governo, o Partido Socialista preparou uma nova "lei de segurança", de caráter antidemocrático; pôs fim à estabilidade no emprego dos assalariados; aumentou os preços dos gêneros de primeira necessidade etc. A resposta a tal política foi dada nas urnas: o Partido de Soares ficou com apenas 55 deputados, enquanto que nas eleições de 1983 havia eleito 101 parlamentares!

INSTABILIDADE POLÍTICA

Mas o resultado eleitoral não dá estabilidade política a Portugal, que desde a Revolução dos Cravos, em abril de 1974, já foi submetido a 16 gabinetes governamentais. Agora mesmo, Cavaco Silva e seu Partido Social Democrata pretendem governar com minoria na Assembleia da República, descartando a formação de um governo de coalizão, mas eventualmente recorrendo ao apoio do Centro Democrático e Social, de direita, para as medidas antipopulares que adote.

Sendo assim, não é prevista uma longa gestão para Cavaco Silva. Pelo contrário, já em janeiro ocorrerão as eleições presidenciais. E como os direitistas de Cavaco Silva, apesar da vitória, ficaram minoritários neste pleito, o novo presidente eleito poderá convocar novas eleições parlamentares ainda para 1986.



O intercâmbio cultural com a Albânia será impulsionado

Brasil nomeia embaixador na Albânia Socialista

O presidente José Sarney assinou o decreto nº 91.732, dia 3 de outubro, estabelecendo relações a nível de embaixada com a República Popular Socialista da Albânia. Pelo decreto da Nova República, a embaixada será cumulativa com a da Itália, sendo nomeado embaixador o ex-chanceler Saraiva Guerreiro.

A diretoria da Associação de Amizade Brasil-Albânia (AABA) enviou mensagem ao presidente José Sarney congratulando-se pela medida e assinalando: "Temos a certeza de que essas relações (entre Brasil e Albânia) serão de grande proveito para ambos os países e povos e que a Nova República com atitudes como esta, crescerá cada vez mais à vista do povo brasileiro e aos olhos da comunidade internacional".

Segundo Vânia Moura, presidente da AABA, "a Albânia sempre teve um grande interesse de completar as relações com o Brasil, que foram iniciadas com um decreto de Tancredo Neves de 1961, quando ele era

primeiro-ministro, criando uma Legação de nosso país em Tirana, capital albanesa. Recentemente, na posse do governo da Nova República, a Albânia enviou seu embaixador na ONU, Justin Papajorji, para prestigiar o início da gestão Tancredo-Sarney. Dias depois, o Brasil compareceu nos funerais do líder albanês Enver Hoxha, através do embaixador de nosso país na Grécia, Alarico Silveira".

Agora, com a nomeação do embaixador brasileiro para a Albânia, prevê-se um estreitamento maior nas relações econômicas, culturais e esportivas com o pequeno país dos Balcãs. "Vários brasileiros têm ido à Albânia, e agora haverá a possibilidade de também os albaneses virem ao nosso país. Inclusive o Comitê Organizador da Corrida São Silvestre - que se realiza todos os anos em São Paulo - convidou a Albânia a participar da competição. Sem dúvida agora será mais fácil divulgar a cultura albanesa no Brasil e a cultura brasileira na Albânia", finaliza Vânia Moura.

Pinochet recua nas acusações a democratas

Após quatro dias de protestos, o governo militar chileno retirou as acusações contra onze dirigentes estudantis presos e processados por infringir a Lei de Segurança Nacional. Os estudantes presos foram responsabilizados pelo governo, juntamente com outros 76 representantes de diversos setores, pela violência ocorrida durante as manifestações de protesto contra o regime militar nos dias 4 e 5 de setembro, quando 10 pessoas foram mortas pela repressão militar.

Por outro lado, a revista "Defesa e Desarme - América Latina e Caribe" publicou em sua edição de setembro um artigo sobre o crescimento das Forças Armadas chilenas desde o golpe militar de 1973 - de 90.000 para 122.000 homens. Segundo o artigo, os gastos militares, que em 1973 eram de 802 milhões de dólares, atingiram, em 1984, 2.294 milhões de dólares.

Durante o mês de setembro, houve também um crescimento do desemprego, que segundo dados oficiais atinge 13,4% da população. Na capital, Santiago, a porcentagem de desempregados sobe para 18,1%.

Militar golpista não se arrepende de seus crimes

"Não vim aqui para me defender. Ninguém tem que se defender por haver ganho uma guerra justa. Se vocês querem acabar conosco, façam-no, mas não roubem da Argentina o único triunfo deste século". Essas foram algumas das afirmações do ex-comandante da Marinha Argentina, almirante Emilio Massera, membro da primeira Junta Militar que derrubou em 1976 o governo de Estela de Peron, e que está sendo processado, junto com outros oito ex-comandantes militares, por graves abusos contra os direitos humanos.

A promotoria pediu a pena de prisão perpétua para Massera, acusando-o por 83 assassinatos, 523 casos de privação ilegal de liberdade, 267 casos de torturas, 201 falsificações de documentos, dois seqüestros de extorsão, ocultação de documentos, 11 seqüestros de crianças e sete casos de torturas com assassinatos.

Os militares argentinos estão sendo responsabilizados pela Justiça, por 9.000 das cerca de 30.000 mortes e desaparecimentos de pessoas ocorridas entre 1976 e 1983.

Violentos combates armados na Colômbia

Violentos combates entre guerrilheiros e o Exército colombiano, nos departamentos de Tolima, Vale del Cauca e Quindío, nas últimas duas semanas provocaram a morte de cerca de 50 pessoas, segundo fontes militares e entre 130 e 170 mortos, segundo a imprensa local.

Vários grupos guerrilheiros colombianos assinaram um pacto de paz com o governo, em agosto e setembro do ano passado, mas as Forças Armadas não respeitaram o cessar-fogo.

Terror dos "contra" atinge nicaraguenses

Um total de 59 civis foram seqüestrados, outros oito ficaram feridos e um morreu durante ataques realizados pelos contra-revolucionários anticomunistas entre os dias 28 de setembro e 3 de outubro, segundo informações do ministério da Defesa da Nicarágua. As emboscadas, ataques e colocação de explosivos ocorreram nos departamentos de Jinotega, Nova Segóvia e Madriz - fronteiriços com Honduras - e em San Juan, limítrofe com a Costa Rica.

Estados Unidos condenam patriotas de Porto Rico

Três supostos membros do grupo nacionalista porto-riquenho Forças Armadas de Libertação Nacional foram condenados pela Justiça norte-americana, no último dia 3, a 35 anos de prisão, sob a acusação de haver planejado o bombardeio de duas instalações militares em Chicago, nos EUA, em 1983 (os bombardeios não ocorreram).

Porto Rico é um território caribenh sob controle norte-americano desde 1898 e há 33 anos sob a condição de "Estado Livre Associado" aos EUA, que são responsáveis pela defesa e relações exteriores da ilha. Durante os 87 anos de dominação norte-americana, Porto Rico tem servido de bastião militar no Caribe. Durante a intervenção dos EUA em Granada, em 1983, a base principal foram as instalações norte-americanas em Ceiba, município a leste de Porto Rico.

EUA não aceitam julgamento dos crimes contra Nicarágua

Os Estados Unidos não aceitam mais as deliberações da Corte Internacional de Haia, principal órgão da Organização das Nações Unidas para litígios jurídicos entre países. A decisão foi tomada pelo presidente Reagan, diante de uma inevitável condenação, naquela Corte, dos crimes que seu

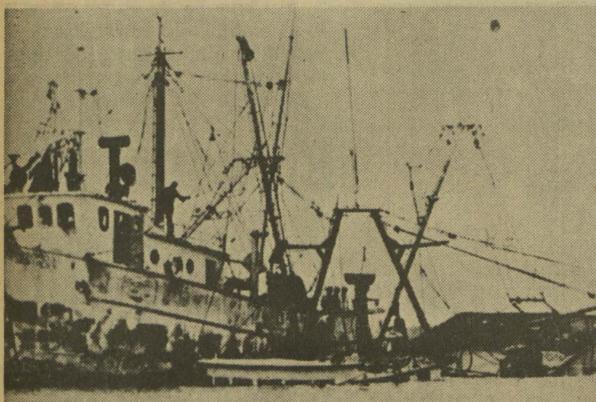
governo vem perpetrando contra a Nicarágua sandinista.

O Departamento de Estado ianque comunicou à ONU, que os "objetivos da Corte, que subscrevemos - a resolução pacífica das controvérsias internacionais - foram subvertidos pela Nicarágua"! Isso porque o governo sandinista

apelou ao tribunal internacional contra os danos causados ao povo e à economia nicaraguenses pelos mercenários atacarem a pátria de Sandino e contra a colocação de bombas nos portos da Nicarágua pela CIA.

A Nicarágua solicitou à Corte de Haia uma indenização no valor de 1,3 bilhão de dólares pelos prejuízos causados pelos EUA ao seu país. Para provar os danos sofridos, os nicaraguenses valeram-se dos testemunhos, inclusive de um jurista norte-americano, Michel Glennon, que participou de uma Comissão de Investigação sobre a situação dos Direitos Humanos naquele país da América Central.

Reagan não esconde seus planos belicosos contra a Nicarágua. E para evitar mais uma condenação à sua política, optou pela saída dos EUA da Corte de Haia, a quem a própria Casa Branca apelou em casos como a ocupação da Embaixada dos EUA por estudantes no Irã, por exemplo.



Barco nicaraguense atingido por minas dos EUA no porto de Corinto

Kértész empolga Salvador

Em 1982 o PMDB elegeu 26 dos 33 vereadores de Salvador, com mais de 82% dos votos. Agora, em todas as pesquisas, fica evidente que o candidato Mário Kértész será um dos mais votados do Brasil. Apesar disto, ele afirma: "eleição se ganha no dia, a tendência é para aumentar a vitória, mas a intensidade da campanha será a mesma até o pleito".

O sucesso do candidato do PMDB se deve ao seu rompimento com as oligarquias locais - comandadas pelo ministro Antônio Carlos Magalhães - e à ampla frente única que o apóia, que inclui vários partidos, entre eles o Partido Comunista do Brasil. A vitória de Kértész é considerada irreversível pelos institutos de pesquisa. Tanto assim que tanto o Galup como o Ibope não pretendem mais realizar enquetes em Salvador até 15 de novembro.

"OS COMUNISTAS AJUDAM"

A campanha do candidato tem sido conduzida de forma democrática, ouvindo as sugestões de todas as for-

ças políticas e partidos coligados, e com a preocupação de sempre abrir espaço para a participação do povo no processo político. Papel especial tem sido dado aos vereadores, responsáveis pela maioria dos debates com os diversos segmentos da população

O candidato Edvaldo Brito, da coligação PTB-PDS, sentindo o peso da derrota, partiu para um desesperado ataque a Kértész, dizendo que sua vitória faria de Salvador uma "baderna", por causa do apoio dos comunistas. Mário Kértész retrucou que em vez de atacá-lo pessoalmente, os demais candidatos deveriam apresentar propostas. Segundo ele a cam-

panha anticomunista é uma velha tática esfarrapada: "Os comunistas apoiaram Tancredo Neves, os comunistas estão ajudando a construir e consolidar a democracia, que deve ser sem nenhum adjetivo. Acreditado que todos os pensamentos e ideologias devam ter liberdade de expressão, de luta pelo voto - até eles, os direitistas que lutam pelo continuísmo, pela elitização da cidade e pela discriminação do povo. Não mudarei meu rumo. Para se construir a democracia é preciso ter coragem, até para enfrentar os preconceitos".

Com esta visão, o candidato do PMDB faz sua campanha política. Visita os bairros, caminha pelo centro da cidade, conversa com as pessoas nas feiras, realiza comícios e utiliza o horário gratuito no rádio e na TV. Em todas estas atividades expõe o seu programa e procura se fazer acompanhar pelos vereadores da capital, deputados estaduais e fede-

rais e por representantes dos partidos que o apóiam, levando suas bandeiras para garantir o colorido democrático da campanha.

Para Kértész, "Salvador impõe nitidamente as suas prioridades", como transportes coletivos, saneamento básico, saúde, limpeza urbana, educação e conservação da cidade. Segundo ele seu programa está sendo construído em constantes discussões com todos os segmentos. "Restaurar a autonomia municipal e dar força política à cidade será o pano de fundo essencial das transformações que pretende realizar na prefeitura", afirma.

CANDIDATO DA OLIGARQUIA

Enquanto isto, Edvaldo Brito, do PTB-PDS, utiliza até patrulha do Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia para fazer campanha, contando com o apoio ostensivo do governo do Estado. Faz também propaganda racista disfarçada no slogan "pra quem tem a Bahia no sangue", tentando demagogicamente ganhar os votos do eleitorado negro, que é a maioria em Salvador. Porém o seu êxito é muito restrito. Nos comícios o povo grita "O povo não esquece, PTB e PDS" pra lembrar que ele recebe o apoio do governador João Durval e do ministro Antônio Carlos Magalhães, expoentes da oligarquia reacionária baiana, e que receberam o repúdio dos eleitores de Salvador em 1982.

Desta forma, a batalha eleitoral em Salvador coloca em confronto duas correntes opostas. Os democratas querem fazer de Salvador uma trincheira de luta pela liberdade e a favor de uma bandeira baiana à Constituinte que expresse os interesses de mudanças. (da sucursal)



Foto: Reginaldo Manente
Mais de dois mil no comício improvisado no Largo 13, Zona Sul de São Paulo

Periferia apóia Fernando Henrique

Mais de três mil pessoas - representando 250 entidades da Zona Leste de São Paulo - compareceram no último dia 5, à quadra da Escola de Samba Nenê da Vila Matilde, para apoiar Fernando Henrique Cardoso. O candidato do PMDB à prefeitura ouviu as reivindicações das lideranças e se comprometeu a "fazer uma administração com o povo da Zona Leste".

Para o vereador Valter Feldman, um dos organizadores do ato, "esse encontro foi uma demonstração de força e do apoio popular que tem o candidato Fernando Henrique. Estão reunidos aqui 90% das lideranças das Sociedades Amigos de Bairros, favelas e movimentos culturais da região". Marcando a presença efetiva dos comunistas na campanha democrática, grande parte dos presentes ostentavam o adesivo do PC do B, e uma bandeira vermelha era agitada saudando o candidato.

O prefeito Mário Covas, que tem prestígio na população da periferia, compareceu e enfatizou em seu discurso: "Esta cidade é séria. Seu povo sabe que precisa de um prefeito sério. O nosso candidato vem até a gente sofrida ouvir as suas reivindicações". Muitas pessoas afirmam que votarão no candidato do PMDB para dar prosseguimento à atual administração.

Além do prefeito compareceram 12 deputados federais e estaduais, dois vereadores, o secretário do Planejamento, José Serra, e o representante do PC do B, Pedro de Oliveira.

A confiança na vitória era comum a todos. Messias José da Silva, presidente da União de Favelas da Zona Leste explicava que era um avanço para o movimento popular o fato de um candidato ouvir as reivindicações do povo num encontro deste tipo. Mas acrescentava que era necessário que ele se compromettesse em resolver alguns problemas de urgência. "Fazer democracia é também solucionar certas questões de emergência" - dizia ele. E colocava como inadiável a construção de duas mil casas para os

favelados cujos barracos estão ameaçados de desabar.

Nísia da Silva Mendonça, da Sociedade Amigos da Ponte Raza explicou que está apoiando Fernando Henrique porque "ele está mais perto dos anseios do povo, mais próximo dos pobres". Antônia Maria Torres, da Sociedade Amigos do Rio Branco via o lado político da disputa: "Como o PMDB ajudou a derrotar o governo dos militares, nós devemos apoiar este partido para dar continuidade ao trabalho".

COMÍCIO NO LARGO 13

Outra manifestação expressiva do apoio popular a Fernando Henrique ocorreu na última terça-feira, dia 8, no Largo 13, em Santo Amaro. Estava programada apenas uma caminhada pelas ruas do bairro. Mas aglutinaram-se uma duas mil pessoas e acabou realizando-se um vibrante comício.

Também nesta ocasião era marcante a presença do PC do B, com grande número de pessoas com adesivos e bandeiras. Pouco antes da chegada do candidato iniciou-se um ato onde fizeram uso da palavra o vice-governador Orestes Quércia, Gilberto Natalini, presidente da Comissão Distrital de Santo Amaro, o administrador regional de Campo Limpo, Abel Abade e outros.

Em seu discurso Fernando Henrique mostrou que os comunistas participaram da luta contra a ditadura e que agora apoiam a sua candidatura para dar prosseguimento ao processo de democratização do país. No final houve uma caminhada, recebida com grande simpatia nas ruas da região.



Foto: Manu Dias
Campanha democrática: todos os partidos, com suas bandeiras, nos comícios

Luis Caetano é o favorito em Camaçari

Se as eleições para a Prefeitura de Camaçari fossem realizadas hoje, os candidatos do PMDB, Luiz Caetano e Isaac Marambaia, seriam eleitos. A única pesquisa de opinião pública sobre as tendências do eleitorado, oficialmente divulgada pelo

Sistema Nordeste de Comunicação (TV Itapoan e Rádio Sociedade e Itapoan FM), indica que Luiz Caetano tem 35,1% de preferências contra 29,9% do candidato do PDS, capitão reformado da PM, José Eudoro Tude.

Caetano e Marambaia, porém, enfrentarão o mesmo grave problema da maioria dos municípios baianos que terão eleições no dia 15 de novembro: o da fraude eleitoral; o aumento irregular do número de eleitores, que resulta sempre num pleito viciado, e outras manobras. No caso de Camaçari, sede do maior pólo petroquímico do país, o perigo é maior.

O prefeito biônico Humberto Ellery, coronel reformado do Exército e apadrinhado do general Geisel, está há 11 anos no poder. É repudiado pela maioria da população, que vive na miséria, entre outras razões devido à corrupção administrativa desenfreada. O biônico sabe que não conta com o voto popular e, por isto, tratou de montar o mais agressivo esquema de fraude e corrupção eleitoral. Estima-se em cerca de 10 mil o número de eleitores transferidos para Camaçari e inscritos fraudulentamente.

O PMDB encaminhou a denúncia de fraude ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, que determinou, através do Tribunal Superior

Eleitoral, a realização de correção eleitoral no Cartório de Camaçari. O ex-funcionário da Prefeitura, Noedson Alves, colocado pelo prefeito Ellery a serviço do Cartório Eleitoral, indignou-se com as fraudes que assistiu e denunciou ao juiz Clésio Rosa as irregularidades patrocinadas pelo prefeito e graduados funcionários da Prefeitura: falsificação da assinatura do juiz eleitoral Roberval Paiva, falsificação de títulos e folhas de votação de uso exclusivo da Justiça, além da transferência e inscrição fraudulenta de 10 mil "eleitores".

Por seu turno, sustentado na proposta "para mudar Camaçari" e em um programa democrático, Luiz Caetano a cada dia amplia mais seu prestígio junto ao eleitorado. E costurou uma ampla frente política de apoio à sua campanha, que inclui o PT, o PC do B, além de empresários, comerciantes e trabalhadores. O comício de lançamento de sua candidatura foi o maior da história de Camaçari, reunindo 10 mil pessoas. (da sucursal)

Fraude ameaça pleitos

A Bahia será o Estado do Brasil que terá o maior número de municípios realizando eleições. Ao todo são 44, sendo 30 na condição de emancipados, 10 retirados da "área de segurança nacional" e duas ex-estâncias hidro-minerais. A tarefa principal do PMDB será derrotar os candidatos das oligarquias rurais e dos grandes empresários. Mas não será fácil.

Assiste-se no Estado a um grande festival de fraudes, em quase todos os municípios, patrocinados pelos candidatos do PDS ou PTB carlista. O exemplo mais vergonhoso desta prática cor-

rupta ocorre no município de Prado, extremo-sul da Bahia, onde foram encontrados 11 mil títulos falsos, de eleitores inscritos para participarem da eleição no recém-criado município de Teixeira de Freitas. Nos municípios de Candeias, Pilão Arcado, Catu, Maetinga e outros as fraudes se alastram e as denúncias chegam a cada momento na sede do PMDB. O TRE tem sido até mesmo conivente. Se não ocorrer o imediato recadastramento eleitoral no Estado, o caminho estará aberto para a continuidade das oligarquias baianas no poder. (da sucursal)

Oposição Unida ganha força em Maceió

Em Maceió, a coligação das Oposições Unidas (PMDB, PC do B e PSB) experimenta um crescimento vertiginoso, com nome do seu candidato a prefeito, Djalma Falcão, já despontando como favorito nas pesquisas populares, após um período de incertezas na campanha.

O crescimento do prestígio de Djalma Falcão junto ao eleitorado se explica, principalmente, por dois motivos. Em primeiro lugar, pela polarização em torno das duas candidaturas que realmente disputam as eleições (a coligação continuísta PDS-PFL, de um lado, e a chapa das Oposições Unidas, do outro). As candida-

turas divisionistas do PDT, PCB, PT e PSC caíram e não têm qualquer chance de fazer boa figura nas urnas.

Ao lado deste fator, o PDS-PFL sofreu um terrível desgaste com o escândalo dos Cr\$ 185 bilhões, que demoralizou o atual prefeito biônico do PDS, João Bandeira e o candidato continuísta, João Sampaio. Menos de 40 dias antes da eleição, o biônico José Bandeira encaminhou a Câmara Municipal um pedido de "suplementação de verbas" no valor de Cr\$ 185 bilhões, com pretextos esdrúxulos e o indistigável propósito de usar esses recursos para alimentar a campanha do PDS-PFL. Propósito que

foi logo percebido e denunciado pelo PMDB; a população da capital também não tardou a compreender a manobra suja e, daí por diante, cresceu o repúdio contra o esquema que governa o município.

José Bandeira usou das formas mais condenáveis para forçar a Câmara a aprovar o pedido de suplementação de verbas. Desde a intimidação e violência (vereadores do PMDB foram agredidos em plenário), até a chantagem contra o povo: o biônico ordenou a paralisação de todas as obras e obrigou os peões das empreiteiras contratadas pela Prefeitura a irem até a Câmara pressionarem os vereadores do PMDB. Mas

o tiro saiu pela culatra: na Câmara, os operários conversaram com políticos da oposição e tomaram consciência da tramóia. Então, saíram em passeata até a Prefeitura, em protesto à atitude do prefeito que, por sinal, a esta altura já tinha fugido do prédio.

O PDS procurou culpar o PC do B pelo episódio, mas também se deu mal. O pedido de suplementação de verbas foi aprovado, a toque de caixa depois de uma vergonhosa manobra e o suborno de dois vereadores peemedebistas. A bancada oposicionista, com a exceção dos dois traidores, retirou-se do plenário para não compactuar com a corrupção. (da sucursal)



Foto: Mauro Mattos
Carrion, candidato do PMDB-PFL-PC do B em Porto Alegre, é o que mais mobiliza

Campanha Carrion-Fogaça empolga a população

Na campanha eleitoral em Porto Alegre, definem-se os campos entre os que apoiam a Nova República e a consolidação da democracia no país, e os que, numa só linguagem, afirmam que nada mudou. De um lado, Carrion e Fogaça, candidatos da Aliança Democrática (coligação que inclui o PMDB, PFL e PC do B). De outro os candidatos do PDS, PDT, PT e de lambuja, o do PTB, que concentram fogo contra o governo Sarney. O PDT mostra-se particularmente virulento no ataque às forças democráticas, chegando a dizer que preferia fugir de Sarney.

A campanha da chapa da Aliança Democrática vem crescendo, seja pelas opiniões e propostas apresentadas, seja através da grande aproximação com o povo. A cada semana são inaugurados comitês populares, em bairros ou por categorias, sempre num clima de festa e entusiasmo. É a campanha com maior nível de organização. Papel de destaque tem sido cumprido pelo PC do B na promoção de comícios-relâmpagos, visitas a bairros populares e debates com os eleitores sobre a situação política.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois (da sucursal)

Riocentro: terror na mira da lei

A farsa do Riocentro começa a ser totalmente desmoralizada. O procurador geral da Justiça Militar, George Tavares, pediu ao Superior Tribunal Militar o desarquivamento do inquérito fraudulento que forjou a inocência de elementos do Exército no fracassado atentado terrorista a um show democrático em 30 de abril de 1981, no Rio de Janeiro.

O pedido de reabertura do inquérito sobre o Riocentro baseia-se em duas declarações, do tenente da reserva César Wachulec e do diretor técnico do Riocentro, Nilton Ferreira Nepomuceno. Eles viram "serem retiradas e desativadas duas bombas da parte traseira do automóvel Puma, placa OT-0279, estacionado no estacionamento do Riocentro, onde momentos antes lá houvera explodido um petardo que resultou na morte do sargento Guilherme Rosário e ferimentos graves no capitão Wilson Machado".

Os dois também viram serem retirados do palanque dos artistas - que realizavam um show em homenagem ao Dia do Trabalhador para dezenas de milhares de pessoas - outras bombas, e citam como também testemunhas, entre outros, um coronel chamado Willie e o delegado Petrônio.

Para o conjunto da população brasileira não houve dúvidas, mesmo naquele momento, sobre o que havia acontecido: um grupo terrorista ligado ao DOI-CODI resolveu explodir uma manifestação democrática.

O governo do general João Figueiredo apressou-se em acobertar os crimes de seus apunhaçados. O coronel Job Lorena, ligado aos órgãos de repressão da ditadura, foi nomeado para comandar um torpe inquérito. Seu objetivo era livrar seus comandados de uma condenação pelo atentado

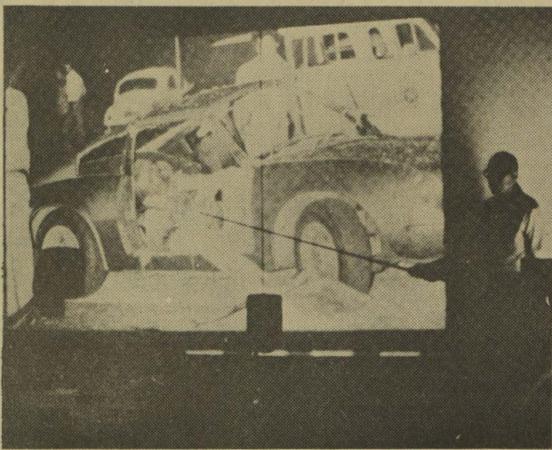


Foto: Ricardo Chaves

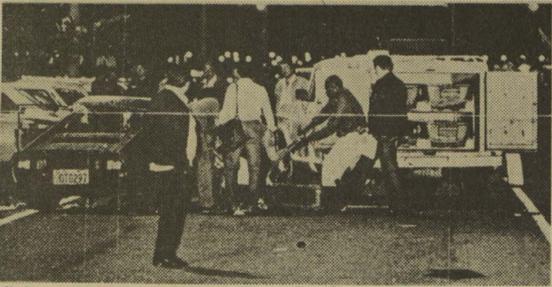


Foto: Ricardo Chaves

O inquérito-farsa de Job (acima) foi desmoralizado pelo testemunho de que bombas foram retiradas do carro. Tavares (ao lado) quer reabrir o caso.

que não deu certo devido à fatalidade de uma bomba ter explodido no colo de um dos terroristas, o sargento Guilherme Rosário. O coronel Job chegou a apresentar os terroristas como vítimas: os dois militares "iam passando" pelo Riocentro quando "alguém" jogou uma bomba no colo do sargento. Com base nessa versão ridícula, o caso foi arquivado no Superior Tribunal Militar, que considerou que "não havia figura do criminoso, mas apenas vítimas".

Em seguida a essa farsa, o coronel Job foi promovido a general, e o capitão Wilson Machado abocanhou uma patente de major. Seu colega menos afortunado, o sargento Guilherme, que morreu com o fiasco da missão



terrorista, foi enterrado com honras militares - um herói da ditadura militar terrorista a quem servia.

Agora, com a Nova República, existem possibilidades reais dos criminosos serem punidos. Os meios de comunicação - mesmo os que defendiam a ditadura militar, como a Rede Globo - já se referem ao caso como uma farsa. Fala-se, inclusive, que a Globo teria filmado duas bombas dentro do Puma, mas que o teipe desapareceu. Parece que esse circo, finalmente, será desmontado.

Imperialistas querem manter lei do cão para endividados

Durante a 40ª Assembléia Conjunta FMI-BIRD, encerrada sexta-feira, dia 10, em Seul, capital da Coreia do Sul, ficou mais uma vez evidente que os países imperialistas não estão dispostos a fazer concessões às nações endividadas.

Sufocados pela dívida, os representantes dos países dependentes chegaram a nutrir a expectativa de que o encontro marcaria o início de um novo relacionamento entre credores e devedores. Afinal, os amargos remédios prescritos pelo FMI, sempre foram aplicados, resultaram na exacerbação intolerável dos conflitos sociais. Há, em consequência, uma conscientização generalizada entre os endividados de que este tipo de política econômica é insus-

tentável e alguma coisa tem de mudar.

Até o imperialismo ianque chegou a ensaiar um discurso demagógico às vésperas da reunião em Seul, dizendo reconhecer a necessidade "dos países em desenvolvimento manterem um certo nível de crescimento econômico". Esperava-se algo de novo, que seria anunciado pelo secretário do Tesouro dos EUA, James Baker III, na abertura da Assembléia Conjunta.

Baker, todavia, só causou desalento. Sua grande nova é um plano mal definido, que prevê a destinação de 20 bilhões de dólares em "dinheiro novo" para todos os países devedores do mundo, num prazo de três anos (o que resulta numa média de 6,6 bilhões de dólares anuais), além de uma elevação de 9 bilhões de dólares

Backer e os auditores do FMI: Migalhas que não consolam e a cada política monetarista



Foto: Fernando Pimentel

também em três anos, nas aplicações do Banco Mundial.

Quantias decididamente irrisórias, quando se considera o montante da dívida externa mundial (1 trilhão de dólares) e as necessidades de recursos decorrentes do pagamento de juros (que, só do Brasil, exigirão este ano um dispêndio superior a 11 bilhões de dólares). Um banqueiro britânico comentou: "É uma idéia brilhante, que poderia funcionar bem se o mundo fosse perfeito". Já o ministro das Finanças do México, indagado como havia recebido a exposição de Baker, respondeu ironicamente: "Sentado". "É tímido e tardio", considerou o ministro da Fazenda do Brasil, Dilson Funaro.

Após o anúncio de tamanha "generosidade" houve alguns conselhos aos pobres necessitados que tencionam abocanhar alguma parcela da migalha. "É preciso estar em dia com os banqueiros, orientar-se fielmente segundo as normas do FMI e arranjar as casas internamente". Ter, em suma, um bom comportamento com os credores, que, em diversas oportunidades deixaram claro: não abrem mão da auditoria (ou monitoramento) do FMI e exigem a aplicação de políticas econômicas recessivas. O diretor gerente do Fundo, Jacques de Larosière, em um recado velado ao Brasil, fez uma menção elogiosa ao exemplo da Argentina, onde, depois de muito espereceio e vacilações, o governo Alfonsín capitulou diante das imposições do organismo, aplicando ao país um plano econômico que aprofundou ainda mais os problemas dos trabalhadores e do povo argentino.



Opinião Parlamentar
Haroldo Lima
Dep. federal - PC do B

Os pontos polêmicos sobre a convocação da Constituinte

O Congresso Nacional tem uma decisão fundamental a tomar ainda esse ano: a convocação da Constituinte. Na discussão da emenda do governo que a convoca, questões de menor importância, ou impróprias à situação que vive o país, tendem a sobrepujar aspectos centrais do problema.

No Brasil, não houve uma ruptura com o regime anterior. Neste sentido é incorreto defender que, enquanto uma chamada "constituinte exclusiva" se reúne, o governo administre o país através de decretos. A forma adaptada à realidade atual, então, é a que resguarde o funcionamento do Congresso e do poder Legislativo. Eleger um Congresso ao lado da Constituinte seria uma duplicidade injustificável de órgãos. O básico é que se convoque uma Assembléia para elaborar a nova Constituição. Esta Constituinte funcionará também como Congresso.

O Congresso atual pode emendar a Constituição à base de 2/3 dos seus votos. Mas uma Constituinte soberana, como precisamos, vota uma nova Constituição com base na maioria simples de seus membros. Só quem for eleito para dela participar terá assento, voz e voto, na Constituinte.

QUESTÃO CRISTALINA

Diante desses argumentos, não podemos concordar, em hipótese alguma, com a participação na Constituinte de 86 dos senadores eleitos em 1982. Aí a questão é cristalina. Esses senadores foram eleitos para legislar em nome do povo. Não para elaborar uma nova Constituição.

Além desses pontos, outros se colocam na discussão da Constituinte, como, por exemplo, a tese do candidato avulso. Aparentemente democrática e progressista, essa idéia serve, na verdade, aos interesses do poder econômico. Além disso, o candidato avulso enfraquece os partidos políticos já existentes e desvia a Constituinte de seu verdadeiro rumo.

O que precisamos é levar o debate sobre a Constituinte a todos os cantos do país, discutir nossas propostas de Constituição com o povo brasileiro e, dessa maneira, tentar eleger o maior número possível de constituintes efetivamente comprometidos com as causas populares e democráticas.

FORTE DISCRIMINAÇÃO

Por último, na semana passada, o deputado Ulisses Guimarães, presidente da Câmara e do PMDB, convocou todos os líderes partidários para uma reunião onde se discutiu diversos aspectos em pauta na convocação da Constituinte. Pelo menos, isso é o que foi divulgado pela imprensa.

Na verdade, nem todos os partidos estiveram presentes. O PC do B não foi convidado. Nenhum dos novos partidos em funcionamento o foram. Na realidade, essa atitude representou uma discriminação deliberada contra os novos partidos, notadamente contra o comunista. E isso é inaceitável.

O PC do B, por exemplo, apesar de sua reduzida representação parlamentar, é uma das mais expressivas forças políticas organizadas no Brasil. Sobre a Constituinte, tem opiniões e desde 1966, ainda na clandestinidade, defende a sua convocação. Já foi estranho não ter sido incluído na Comissão Mista que examina a emenda da Constituinte. Mais estranho, ainda, foi a sua exclusão dessa reunião. Não será com atitudes como essa, que as chamadas elites partidárias irão fazer avançar a luta do nosso povo pela democracia.



Filiação maciça: mais fácil nas áreas operárias e com tradição de luta

PC do B-São Paulo dobra efetivos em um fim de semana

O Partido Comunista do Brasil resolveu repetir, nos dias 12 e 13, o esforço concentrado de filiação partidária que realizou há duas semanas, na capital paulista e em Campinas. Na ocasião, as várias centenas de militantes que se empenharam na atividade conseguiram, em um fim de semana e com surpreendente facilidade, dobrar os efetivos do partido.

Segundo Antônio Neto Barbosa, dirigente do PC do B em São Paulo, essa primeira experiência bastou para deixar claro duas coisas:

"Primeiro - diz Barbosa - mostrou que a propaganda anticomunista, apesar dos esforços de Jânio Quadros, não pega na massa. O que existe é desconhecimento, e muita curiosidade. Mas ninguém, mesmo aqueles que não ingressaram no partido, hostilizava os comunistas."

"Segundo - prossegue - mostrou que nos bairros proletários a filiação é muito mais tranquila. No bairro da Água Funda, por exemplo, o partido não tinha trabalho e fez 76 filiações. Em Pirituba, Jaruá, Casa Verde, tinha pouco trabalho. E filiou às dezenas em cada um destes lugares".

UMA CÉLULA DE 300

Mas é o resultado nos bairros operários onde o PC do B já possui tradição e dirigiu lutas que mais entusiasma Barbosa. "Hoje - exemplifica ele - a célula de base do Jardim 1º de Outubro tem mais de 300 militantes". O 1º de Outubro, bairro formado há três anos após uma ocupação de terreno, realizou 180 filiações durante o fim de semana.

No conjunto "Teotônio Vilela", da Cohab, igualmente conquista de uma ocupação, 153 novos militantes ingressaram no PC do B. Em termos individuais, o recorde ficou para uma militante de Campinas, empregada doméstica, que conseguiu naquele fim de semana nada menos que 104 novos membros, no Parque Shangai e Vila Industrial.

Ainda assim, Barbosa avalia que "a campanha ainda não atingiu o que esperávamos"; e manifesta o empenho do PC do B em organizar os novos membros do partido segundo a tradição comunista, em

que as bases não são um conjunto amorfo e passivo, mas sim participantes permanentes e com plenos direitos na vida partidária. "Na medida que o pessoal vai entrando - comenta o dirigente - nós vamos organizando. A tarefa das comissões distritais e municipais é justamente fazer as células funcionarem".

Com o rápido crescimento das fileiras partidárias, as células de base ganham características novas, bem distintas dos reduzidos núcleos que funcionavam na clandestinidade. A célula de base dos metroviários de São Paulo, por exemplo, cresceu tanto que inaugura dia 11 sua sede própria. A célula do 1º de Outubro já tem um terreno para erguer sua sede.

INTERIOR TAMBÉM CRESCE

No fim de semana seguinte, o PC do B de Osasco seguiu o exemplo da capital e de Campinas e efetuou 141 filiações novas no bairro operário de Novo Osasco. Porém o crescimento do efetivo partidário não se limita à região da capital, e a pequena cidade de Três Fronteiras com 8 mil habitantes, já na divisa de São Paulo com o Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, fornece um bom exemplo.

O presidente da Comissão Provisória do PC do B no município, Geraldo de Sousa, tem apenas três meses de partido. Por ser cabo de fogo (técnico em explosivos), aposentou-se bastante jovem, depois de trabalhar pelo país afora em obras como a ponte Rio-Niterói, e hoje se dedica em tempo integral à organização do partido na sua área.

Geraldo relata que o PC do B de Três Fronteiras já conta com 35 membros, todos assalariados agrícolas, os chamados bóias-frias. A exploração que essa gente sofre é revoltante. "O caminho de boi tem mais segurança que o do trabalhador. Nem tem toldo. As crianças começam a trabalhar com 12 anos, as casas ficam vazias. Agora, na seca, fica todo mundo desempregado. Na safra, aumentam todos os preços" - conta Geraldo.

Assim, nas grandes e pequenas cidades, onde quer que haja a escravidão capitalista, brotam também as idéias e a organização do PC do B.

Nova crise fragmenta o PCB no Rio de Janeiro

O PCB, partido revisionista, enfrenta uma nova grave crise, desta vez no Rio de Janeiro, e que gerou a destituição no início do mês de Hércules Corrêa da presidência regional da agremiação. O motivo aparente do racha é o pleito eleitoral da capital carioca. Hércules, desrespeitando a convenção do seu partido, passou a barganhar o apoio do PCB com Jorge Leite, Rubem Medina e até mesmo com Saturnino Braga.

A decisão de destituir-lo foi tomada com 15 votos a favor, 13 contra e seis abstenções na Direção Regional do PCB, revelando que a divisão é profunda e atingiu as bases do agrupamento revisionista.

A crise alcançou grande repercussão na imprensa principal, principalmente porque João Saldanha, vice-

esta nova divisão serviu para mostrar, mais uma vez, que o PCB não passa de um agrupamento sem princípios, sem a menor disciplina ou democracia interna, dominado pela disputa das ambições pessoais dos seus vários chefões.

Esta nova divisão serviu para mostrar, mais uma vez, que o PCB não passa de um agrupamento sem princípios, sem a menor disciplina ou democracia interna, dominado pela disputa das ambições pessoais dos seus vários chefões.

Fundação Maurício Gracioso

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

A importância dos partidos

Os partidos políticos são "garratas vazias, só têm o rótulo", segundo o sr. Jânio Quadros. Por isto mesmo o "candidato da renúncia" passou a defender a dissolução de todas as organizações antes da Constituinte. Entre as agrêmiações que "não representam nada" ele cinicamente incluiu o próprio PTB, que o indicou para concorrer à Prefeitura de São Paulo.

LEGENDA FALIDA

Em relação ao PTB ele tem razão. Trata-se de uma legenda em deterioração. É o que sobrou do antigo PTB criado por Getúlio Vargas em 1945, no período da redemocratização, com o intuito de colocar o movimento operário e popular entre as massas e o Partido Comunista do Brasil. Com a falência deste projeto - desmoralizado com o golpe de 1964 - a sigla se transformou em um biombo para políticos fisiológicos. A tal ponto foi a degeneração que durante o governo Figueiredo o PTB passou a apoiar os projetos oficiais a troco de cargos na Cobal.

É verdade também que em função da falta de liberdade no país e da imensa influência do poder econômico - fatores brutalmente agravados durante os 21 anos de regime militar - os partidos em geral tem pouca penetração popular e não permitem uma participação efetiva das lideranças mais ligadas ao povo. Mas não são estas deficiências que levam o candidato de Maluf, Delfim e Golbery a propor sua extinção.

ORGANIZAR O POVO

O caso é que apesar dos inúmeros contratempos, a existência de partidos significa um certo grau de organização da opinião pública. E hoje, mesmo que em muitos casos as cúpulas vacilem, o impulso das massas, e consequentemente das bases partidárias, dirige-se no rumo das mudanças progressistas. Tanto é assim que o próprio PDS, que durante a ditadura era o partido todo-poderoso, hoje está em franca decadência. É difícil organizar uma legenda claramente de direita.

Ao propor a desorganização das legendas, Jânio pretende unicamente dificultar a consolidação do processo democrático. Em vez de coletivos que debatam a política, ele prefere a atividade de caciques e o predomínio individual dos que gozam de grande poder econômico.

Aos democratas interessa, pelo contrário, elevar o grau de organização partidária. O fato de surgirem dezenas de legendas atualmente não têm maiores inconvenientes. Muitos partidos aparecem por grupismo e por interesses subalternos. Mas o próprio povo vai promovendo a seleção. A tendência é ficarem os que representam de fato correntes de pensamento na sociedade - apesar das limitações próprias do sistema burguês vigente.

NÃO À DIVISÃO

Durante a ditadura militar os democratas se organizaram no PMDB. E hoje, mesmo com as deficiências conhecidas, este continua sendo um partido de frente única, que ainda pode prestar contribuições à luta por mudanças. Além disto, com o novo quadro político, o proletariado pode contar com a atividade legal do Partido Comunista do Brasil, que tem uma rica tradição de combate pela liberdade e pelo socialismo.

Os trabalhadores têm todo o interesse em fortalecer o seu partido revolucionário. Mas ao mesmo tempo sabem que ainda precisam colaborar na manutenção do PMDB como organização que aglutina correntes diversas. E sempre que necessário promover coligações e alianças com outros partidos. O que interessa ao progresso é a organização política do povo e não a desorganização. Dividir para reinar, é o projeto do sr. Jânio.

(Rogério Lustosa)

Na reunião de Seul, o colapso da dívida e a falência do FMI

Transcorreu na semana passada em Seul, capital da Coreia do Sul, a 40ª Assembléia Conjunta do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BIRD). O encontro, com representantes de 149 países, foi marcado pelo sentimento generalizado de que a atual ordem econômica mundial está falida e, em especial, pelo crescente repúdio dos países dependentes às receitas monetaristas do FMI.

O pano de fundo das agudas contradições que afloram na reunião é a gigantesca dívida externa dos países dependentes, que neste ano atingiu cerca de 1 trilhão de dólares. Só o Brasil, maior devedor, tem um débito superior a 100 bilhões de dólares. É um endividamento que surgiu sobretudo como resposta às necessidades de acumulação do capital financeiro internacional e que hoje representa, sem sombras de dúvidas, a principal forma de espoliação dos povos pelo imperialismo em particular o norte-americano.

Capital financeiro forçou o brutal endividamento

A origem dos problemas que vieram desembocar na atual crise é antiga e está estreitamente vinculada ao hegemonismo do imperialismo ianque, estabelecido em 1944, pouco antes do fim da 2ª Guerra Mundial, nos acordos de Bretton Woods, que, entre outras coisas, criou o FMI e o BIRD e impôs o dólar como moeda mundial. Desde 1968, os enormes gastos bélicos dos EUA com a guerra no Vietnã e os desequilíbrios nas contas externas daquele país já anunciavam o declínio da atual ordem econômica.

Foi a partir desta época, também, que os créditos fáceis ofertados pelo sistema financeiro mundial aos chamados países subdesenvolvidos, começaram a agravar o endividamento externo. Na década de 70, com as crises do petróleo e o surgimento dos chamados petrodólares (como consequência dos elevados superávits comerciais nos países árabes), esta tendência acentou-se ainda mais.

Para fazer escoar os dólares excedentes, o capital financeiro forçava as economias dependentes a contraírem vultuosos empréstimos - quase



Manifestação contra o FMI em Quito. Os povos chegaram ao "limite do suportável" e exigem o fim do imperialismo

sempre desnecessários, frutos simplesmente da corrupção ou desvinculados das reais necessidades do país, como ocorreu no Brasil.

Tais distorções foram facilitadas pelo clima político então reinante nas nações dependentes, em sua maioria sufocadas por regimes militares arbitrários, corrompidos e testas de ferro do imperialismo ianque.

Durante a recessão mundial dos anos 1981/82, a crise da dívida já ameaçava fazer explodir o sistema financeiro internacional. Os "ajustamentos" na economia interna norte-americana, com grandes saldos negativos na balança comercial e déficits públicos que alcançam 200 bilhões de dólares ao ano, fizeram as taxas de juros subirem a níveis inéditos. Automaticamente cresceram as dívidas dos países dependentes, cujos juros flutuam segundo as taxas estabelecidas em Nova Iorque e Londres.

Desta forma, os EUA jogaram

sobre as costas dos países dependentes todos os custos do seu crescente parasitismo interno e das enormes despesas militares (que respondem por grande fatia do seu déficit público). Aos endividados, envoltos numa situação de quase insolvência, foi dado o tradicional recado: "Se ajustem".

Cresce o repúdio e a oposição à atual ordem econômica

É aí que entra o famigerado Fundo Monetário Internacional, uma espécie de "xerife" da ordem econômica internacional encarregado da manutenção da lei ditada pelo Tio Sam. Na América Latina, ele volta à cena em 1982, após o pedido de renegociação da dívida externa do México.

Com o pretexto de ajustar as economias às necessidades de equilíbrio das contas externas, o FMI receita aos países endividados uma série de medidas econômicas com conteúdos marcadamente antinacionais e antipopulares. Preconiza, sempre, uma política recessiva, que requer enormes sacrifícios sociais: a redução da capacidade aquisitiva e dos investimentos internos, traduzida em archo salarial, desemprego etc., e reorientação da economia para o mercado externo com o objetivo de obter superávits na balança comercial.

A função do Fundo é uma só: garantir, a qualquer preço, os grande lucros obtidos pelos agiotes estrangeiros e a hegemonia do imperialismo ianque, que se expressa através da elevada acumulação de capital pelo sistema financeiro mundial.

Acontece que o preço cobrado aos países dependentes tem se mostrado demasiado alto, conduzindo a explosivas crises sociais. Os investimentos internos brutos em 119 países endividados do mundo caíram progressivamente de 513 bilhões de dólares em 1981 para US\$ 414 bilhões em 1984. A recessão e o desemprego, como quis o Fundo, foi generalizada.

Ao mesmo tempo, a transferência líquida de riquezas dos países pobres aos imperialistas (através, principalmente, dos crescentes superávits comerciais gerados com a finalidade de pagar as dívidas) revela uma espoliação dramática e insuportável. Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), só neste continente (cuja dívida alcançou cerca de 360 bilhões de dólares no final de 1984), os países dependentes pagaram 109,3 bilhões de juros aos agiotes internacionais entre 1982 e 1984. Apenas nesses dois anos, descontada a entrada de recursos da ordem de 36 bilhões de dólares, constatou-se uma transferência líquida de riquezas de nada menos que 73,3 bilhões de dólares. O Brasil, isoladamente, respondeu por US\$ 14,6 bilhões.

Outro agravante foi a redução sistematizada dos preços das mercadorias exportadas por esses mesmos países, que estão no nível mais baixo desde 1958, e que elevou e eleva ainda mais o esforço exigido para saldar os débitos. Esta violenta sangria de recursos das economias dependentes vem provocando pro-

testos populares em quase todos os países e, especialmente onde o povo conquistou a democracia, o repúdio inclusive de diferentes governos.

O presidente Sarney, em recente pronunciamento na ONU, deixou evidente a oposição do governo brasileiro às formas com que o problema do endividamento está sendo tratado, declarando que a nação não irá pagar a dívida externa com a fome e a miséria do seu povo "porque débito pago com miséria é conta paga com a democracia". O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, ao manifestar sua opinião sobre o FMI, lembrou que aquele organismo nada mais faz do que funcionar como um auditor dos banqueiros internacionais.

Por sua importância política e econômica, o pronunciamento mais incisivo do Brasil tem evidentemente grande peso nas negociações externas. E também contribuiu para que avançasse o processo de unificação dos países devedores, que se apresentaram com reivindicações próprias na assembléia de Seul, reunidos no chamado grupo dos 24 (formado por oito países da América Latina, oito da Ásia e oito da África, representando 119 nações).

O grupo deseja melhores condições para o pagamento da dívida, não mais aceita a humilhante supervisão do FMI sobre as economias dependentes e quer mais crédito externo para equilibrar as contas dos países que representa, permitindo um certo nível de crescimento econômico.

Dívida deixa mais visível a rapinagem imperialista

São reivindicações que, de certa forma, contrariam os interesses dos banqueiros estrangeiros. E representam mudanças positivas de comportamento, explicadas por uma maior sensibilidade diante das grandes manifestações populares de repúdio à espoliação imperialista. Contudo, estão longe de representar uma solução definitiva para os problemas decorrentes da dívida, e menos ainda de liquidar com a dependência externa. Se muito, retardariam a explosão de alguns efeitos mais indesejáveis.

A dívida torna mais evidente e descarada a espoliação impiedosa dos países pobres pelos países imperialistas, deixa clara a transferência de riquezas de uns para outros. Mas diante desta gigantesca espoliação, paliativos e medias medidas não funcionam. O movimento operário e popular, através de seus congressos, reuniões e encontros, já apontou o caminho de uma atitude energética e realmente eficaz diante da dívida: a suspensão do seu pagamento até que a nação, plenamente esclarecida, se pronuncie a respeito. Trata-se de romper com a atual lógica de acumulação imposta pelo imperialismo e de criar as condições para um desenvolvimento econômico realmente independente e soberano. É também a solução mais democrática. Sua efetivação depende do crescimento da mobilização e unidade das forças populares e patrióticas em torno de uma grandiosa campanha antimperialista.

(Umberto Martins)

Modelos de arbítrio e fome

A escolha de Seul como sede da 40ª Assembléia Conjunta FMI-BIRD não ocorreu de forma gratuita e ocasional. A Coreia do Sul, com uma dívida de 40 bilhões de dólares, a maior entre os países asiáticos, constitui um exemplo do mais completo servilismo ao imperialismo norte-americano. E segue à risca a política do FMI.

Por isto, o Fundo considera a Coreia como "um caso de ajustamento que deu certo" e chega a apresentar algumas cifras aparentemente positivas: com exceção de uma queda de 5,2% no Produto Nacional Bruto em 1980, quando o plano começou a ser implantado, o país teria experimentado taxas de crescimento nos anos seguintes.

Mas a situação interna da Coreia, apesar de ostentar uma indústria relativamente forte, não é nada boa. Os 40 milhões de habitantes daquele país, localizado no Sul de uma península a nordeste da Ásia, vive sob o tacão do regime militar do general Chun Doo-Hwan, que abocanhou o poder em 1980 através de um golpe.

O efetivo das forças armadas coreanas chega a 600 mil e mais de 14% da receita do país é consumida em gastos militares. Os EUA controlam a Coreia com mão de ferro, mantendo 40 mil soldados na região, que é uma das maiores "beneficiárias" das generosas "ajudas militares" do imperialismo ianque. Uma pequena amostra do poderio bélico foi dado pelo general Chun Doo-Hwan durante a própria Assembléia Conjunta FMI-BIRD, quando mobilizou nada menos que 100 mil militares para garantir a "ordem da reunião".

Transações financeiras ilegais, abuso de poder, corrupção, são as características do regime militar coreano (no que, aliás, não difere de outros regimes dominados por

generais). O povo e as oposições, do outro lado, são tratados com uma brutal repressão - que, aliás, possibilitou a capitulação completa diante do FMI e a aplicação de uma política econômica contrária aos interesses populares. Os protestos contra o governo são constantes e não poucas vezes têm resultado em explosões com elevado número de mortos e feridos, como ocorreu durante a manifestação estudantil no campus da Universidade de Seul em abril de 1984.

MÉXICO

Depois da renegociação da dívida em 1982, o México também passou a ser apresentado pelo FMI como um singular exemplo das "saúdáveis" recomendações do organismo. Não tardou, contudo, para que o presidente mexicano, De la Madrid, antes dos recentes terremotos que abalaram seu país, resolvesse falar sobre as "maravilhas" que as imposições dos banqueiros estava causando. "A recessão produzida pela medicação da crise resultará fatalmente em explosão social", disse em entrevista à imprensa, acrescentando: "É preciso reformular esta questão pois estamos indo para o buraco. Apesar de 40 anos de desenvolvimento positivo, até a crise de 1982, mais da metade da população do país continua na mais absoluta pobreza".

De fato, 40% dos habitantes da Cidade do México (capital do país, com uma população de 18 milhões), vive em favelas. Os 40% da população mais pobre ficam com apenas 6% dos alimentos produzidos no país.

São esses e outros "casos exemplares" que tornam necessária uma instituição cada vez mais desacreditada pelos governos e odiada pelos povos do mundo.

DE OLHO NO LANCE

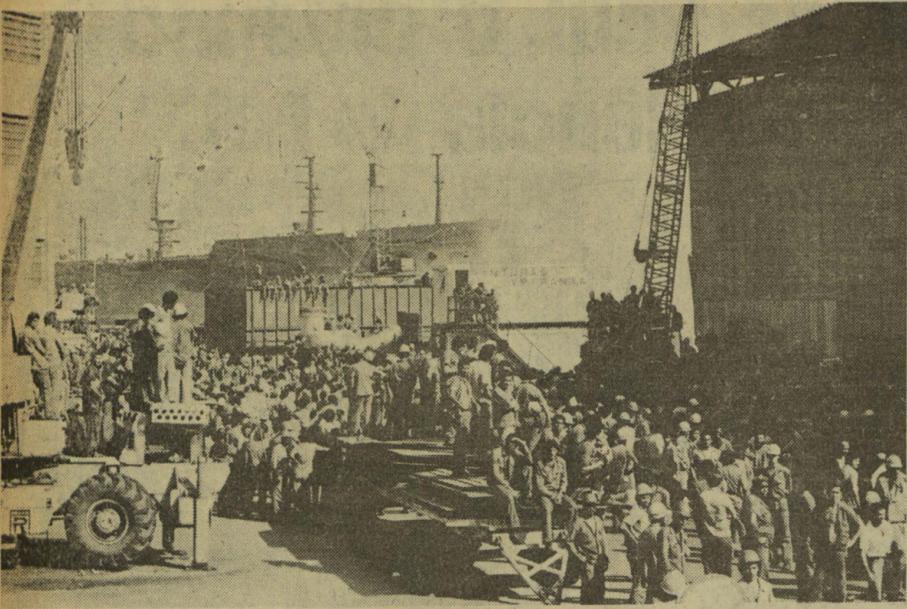
Remover o "entulho"

O chamado "lixo autoritário" continua exalando seu odor fétido, contaminando a Nova República. Inexplicavelmente, até o momento continuam de pé a Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa, por exemplo. Alguns falam em alterar os seus textos. Mas o que o Brasil precisa não é de leis fascistas retocadas. A liberdade exige a revogação sumária destas obras primas da ditadura militar.

Também permanece em ritmo de tartaruga a nova lei orgânica dos partidos. O PDS, como era de se esperar, trata de sabotar a sua aprovação. Quer ganhar tempo para impor novos recuos ao seu conteúdo, colocando restrições especialmente aos comunistas. E de imediato visa prejudicar o PFL.

Tudo isto indica que os parlamentares comprometidos com as causas populares, as entidades democráticas, todas as correntes interessadas nas mudanças progressistas devem mobilizar forças para quebrar este marasmo.

Seria importante que os candidatos a prefeito utilizassem suas campanhas para esclarecer a população e ajudar a acelerar o processo. Afinal as disputas em curso não dizem respeito apenas aos municípios. Pelo contrário, são partes da grande luta para dar à Nova República um caráter de efetiva transição, de acordo com os interesses populares.



Os metalúrgicos cariocas descobriram a força gigantesca que têm nas mãos depois desta greve unitária

As lições da greve dos metalúrgicos do Rio

A greve de três dias dos metalúrgicos do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense foi uma importante vitória, não só para a categoria, mas para todo o movimento sindical do Estado. Os grevistas revelaram impressionante garra nos piquetes. Muitos ficaram o tempo todo sem dormir e praticamente sem comer nas portas das fábricas para garantir a paralisação.

A classe operária metalúrgica do Rio é outra depois da greve. Despertou para a força gigantesca que tem nas mãos quando parte para a luta com unidade e firmeza. O Sindicato dos Metalúrgicos também saiu bastante fortalecido e legitimado perante a categoria, como uma entidade de luta. Ficou claro o processo de renovação que o sindicato vem vivendo desde a eleição da nova diretoria e que vinha sendo sistematicamente negado pelos integrantes da chamada "oposição sindical".

O movimento paredista também impulsionou o espírito de luta das demais categorias do movimento sindical do Rio. Fato igualmente positivo foi a aproximação da Conclat e da CUT no Estado para o trabalho de solidariedade ao movimento. Não só foi montado um comitê de solidariedade agregando as duas centrais sindicais, como o Sindicato dos Bancários, principal entidade da CUT no Rio, rodou na sua gráfica panfletos para o Sindicato dos Metalúrgicos, que coordena a Conclat no Estado.

IMPORTANTES VITÓRIAS

Do ponto de vista das conquistas econômicas concretas, o que se sente é que a categoria não ficou plenamente satisfeita com o resultado da paralisação, apesar de achar que a greve foi terminada no momen-

to certo. Mesmo assim, foram conquistadas importantes vitórias. O piso salarial dobrou, passando de Cr\$ 450 mil para Cr\$ 900 mil. O aumento de 82% nos salários representa um reajuste de 115% do INPC para todos, sendo que os patrões inicialmente não queriam dar mais de 75%. A conquista do trimestral na forma de antecipação de 18% também representa um avanço, já que menos de 60% da categoria recebia alguma forma de adiantamento até aqui.

O movimento paredista revelou quais são as fábricas mais problemáticas para a sustentação de uma greve deste tipo. Entre as grandes, somente a Companhia Siderúrgica da Guanabara (Cosigua) entra nesta categoria. Isto exige do sindicato um trabalho especial desde já, voltado para os operários desta fábrica a fim de criar condições para dobrar a repressão fascista que impera nela.

ORGANIZAÇÃO DÉBIL

Outra grande debilidade revelada pela greve foi a fragilidade da organização dos trabalhadores metalúrgicos dentro das fábricas. A esmagadora maioria das empresas não tem comissão de fábrica, o que dificulta a luta. Nas fábricas que têm comissões, como Emaq e a Standard, a paralisação foi muito mais fácil e tinha fôlego para se sustentar por mais

tempo.

Por fim a própria máquina do sindicato revelou que não estava azeitada à altura de uma greve deste porte. É perfeitamente compreensível já que até a eleição da atual diretoria a entidade estava dominada pelo peleguismo e pela corrupção.

Mas foram cometidos erros fundamentais de organização, como falhas no abastecimento dos piquetes com alimento, a não montagem de escalas nos piquetes para o pessoal descansar, a falta de uma central de informações do sindicato para os grevistas, a não articulação com antecedência do trabalho de fundo de greve etc. Tudo isto tem que ser corrigido numa próxima paralisação em massa da categoria para respaldar o processo de renovação em curso na entidade.

PC DO B APÓIA A GREVE

Outro aspecto de grande destaque na greve dos metalúrgicos foi o apoio dado ao movimento dos trabalhadores pelo Partido Comunista do Brasil. A participação dos comunistas foi decisiva para a paralisação das grandes fábricas. Isto se deu tanto pela atuação de militantes que se destacaram nos piquetes pela sua coragem, como na cessão da infra-estrutura material, como aparelhos de som para os trabalhadores.

Uma comunista, Márcia, virou heroína na porta do estaleiro Ishibrás ao se atracar com um assistente social que queria furar a greve. Por exemplos como este, o PC do B conquistou o respeito e confiança da classe operária metalúrgica do Rio de Janeiro.

(Luís Fernandes)

Chapa 2 dos metalúrgicos de Porto Alegre sai com força

Cerca de 800 metalúrgicos acompanhados de seus familiares participaram do baile de lançamento da Chapa 2 - Oposição Metalúrgica - para o Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, no final de setembro. José Freitas, liderança conhecida, candidato a presidente pela Oposição Metalúrgica, afirmou que "a presença, no lançamento da chapa, de tão expressivo número de companheiros mostra a penetração e o apoio da categoria à nossa chapa".

A Chapa 2 é formada com operários de 23 empresas, mesclando antigos lutadores com as lideranças mais recentes, forjados nas lutas dos últimos anos

contra a exploração patronal. Assim estão reunidos o sangue novo da categoria, representados por Darci, da CGA, Pedro Paulo, da Sul-Mecânica e Paulo, da SUR, ao lado de Freitas, que desde 1979 é da Comissão de Salários e que em 82 disputou a presidência do sindicato pela chapa de oposição, além de Antônio Teixeira, Raul Carrion e Altamiro (ex-vice-presidente do sindicato).

A FORÇA DA CHAPA 2

Na sua própria constituição a Chapa 2 já demonstrou a sua força. Na convenção em que definiu a sua plataforma de ação, compareceram mais de 200 operários. Seus membros

defendem a unificação do movimento sindical, a unidade da classe operária, a luta pela semana de 40 horas e a participação ativa dos metalúrgicos na Assembleia Constituinte.

Disputam ainda o pleito a Chapa 1 e a Chapa 3. A Chapa 1 pretende continuar com o atual estado de coisas em que se encontra o sindicato. Em sua executiva são mantidos, nos sete principais cargos, cinco membros da atual diretoria. Nas suas propostas estão os mesmos planos de eleições anteriores que nunca saíram do papel.

A Chapa 3 veio para criar a divisão. É financiada por dinheiro de fora e posa de "oposição". Confunde e tenta dificultar as mudanças que a categoria quer no sindicato. Passou a ser a "Chapa CUT". Dos problemas da categoria é o que menos se fala.

José Freitas alerta os metalúrgicos para que tenham uma "participação maciça na campanha, inclusive financeiramente, pois tenho conhecimento que a Chapa 1 conta com a máquina do sindicato e a Chapa 3, segundo seus próprios integrantes, tem 100 milhões de cruzeiros pra gastar na campanha, sua cota dos dólares europeus, via PT e CUT".

(da sucursal)



A Chapa 2 é formada por operários de 23 empresas

UPES realiza 3º congresso em São Paulo

Depois de ser adiado por um ano, será realizado em São Paulo no dia 13 de outubro, o 3º Congresso da UPES (União Paulista dos Estudantes Secundaristas). Durante estes dois anos de mandato, a maioria da diretoria da entidade (ligados à Convergência Socialista) deixou a UPES num total marasma, distante das lutas estudantis e políticas.

Nem por isso o movimento secundarista no Estado deixou de crescer. E este congresso deverá mostrar isso, estando previstos o comparecimento de aproximadamente 1.500 delegados, de mais de 50 cidades, bem superior aos 654 delegados de 20 cidades durante o último encontro.

Nestas atividades a corrente **Viração** tem se destacado. Uma de suas lideranças, Sueli Scutti, aluna do Colégio Culto à Ciência explica esse trabalho: "Muitas escolas já organizaram o seu Grêmio Livre. E 80% das entidades municipais criadas no Estado foram por influência da **Viração**".

UPES SEM DIREÇÃO

Em 1983 o congresso dos secundaristas deliberou escolher uma direto-

ria proporcional ao peso de cada corrente presente. **Viração**, mesmo votando contra esta proposta, participou da diretoria com 4 dos 15 diretores. Como era de se prever, a diretoria proporcional não funcionou. Sueli, uma das diretoras, conta que em dois anos "só existiram duas reuniões gerais da diretoria, em janeiro e março do ano passado".

Sueli critica a maioria da diretoria - ligada à Convergência - que se isolou dos estudantes e tentou partidizar a entidade. "O presidente da UPES, Fausto Pinheiro, nunca foi na sede da entidade. Nunca se editou nenhum jornal ou boletim. No primeiro semestre foram realizados vários encontros de Centros Cívicos e a UPES só organizou um, o de Campinas", fala Sueli.

Durante o Congresso a bancada da **Viração** pretende propor a realização de um Seminário Estadual sobre Educação no próximo ano. Também quer que a próxima diretoria seja eleita no congresso, votando-se na chapa toda. E segundo Sueli, pretende-se tirar uma resolução para os estudantes da capital, de voto contra Jânio Quadros.



Foto: César Diniz

Sueli: "Em dois anos a diretoria se reuniu só duas vezes"

Furou a paralisação dos motoristas de ônibus cariocas

A greve de dois dias dos trabalhadores rodoviários do Rio de Janeiro terminou sem sucesso à zero hora de domingo, 6 de outubro. Os trabalhadores se mobilizaram para garantir o pagamento do reajuste trimestral acertado no acordo do Sindicato dos Rodoviários com os empresários de ônibus. No acordo, assinado em julho, ficou combinado o reajuste trimestral dos salários de toda a categoria a partir de outubro, baseado no INPC dos últimos três meses. Mas ao chegar outubro, os patrões se negaram a pagar o reajuste dos salários sem a liberação de um aumento nas tarifas de ônibus. Foi este o motivo da paralisação.

A direção dada pelo sindicato à greve, no entanto, condenou de antemão ao fracasso. Os empresários também tinham um certo interesse no movimento para aumentar a pressão sobre o governo estadual para conceder os aumentos de passagens que cobrissem

não só o aumento salarial, mas também alegados aumentos de custos operacionais. A diretoria do sindicato se apoiou fundamentalmente na colaboração dos empresários, e não na mobilização da categoria, para levar a greve adiante. Assim, no primeiro dia, os próprios patrões deixaram os ônibus nas garagens.

A GREVE NÃO RESISTIU

O secretário de Transportes já tinha cedido um reajuste de 15% nas tarifas, mas sentindo os prejuízos eleitorais que isso poderia lhe trazer, o governador Brizola preferiu vetar. Ele pressionou as empresas de ônibus e elas recuaram do movimento. A greve dos trabalhadores, sem uma mobilização de classe independente, não resistiu e começou a furar por todos os lados. O fim da greve foi decretado numa assembleia com apenas 50 trabalhadores e a 67ª sessão de um possível adiamento de 31% (da sucursal).

Fragorosa derrota de líder da CUT em Vitória da Conquista

A chapa 1, de unidade, venceu com esmagadora vantagem os divisionistas do grupamento liderado por José Novaes nas eleições do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, Bahia, entidade do mais importante polo cafeeiro do Estado, num quadro de 4.132 associados, 2.326 participaram da eleição. Destes, 1.183 votaram na chapa 1, encabeçada por José Almeida Barreto, que vai gerir o sindicato até 1988. Somente 341 votantes ficaram com a chapa ligada ao PT e dirigida pelo extrabalhador rural, coordenador da Anampos e membro da direção nacional da CUT, José Novaes.

A nova diretoria, que terá Everaldo Chagas de Freitas como secretário-geral e Ormino da Cruz Moreira como tesoureiro, ressaltou a vitória como resultado da unidade das diversas forças políticas em torno da defesa dos interesses dos trabalhadores. A chapa ligada ao PT carregava o peso do trabalho assistencialista e da ausência de trabalho de conscientização política na direção da entidade. (da sucursal)

Renildo Souza é o novo presidente dos metalúrgicos baianos

Chapa única, encabeçada por Renildo Souza, concorreu às eleições do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia, dias 7, 8 e 9 últimos. Renildo era secretário-geral do sindicato e integrante da diretoria regional do Partido Comunista do Brasil.

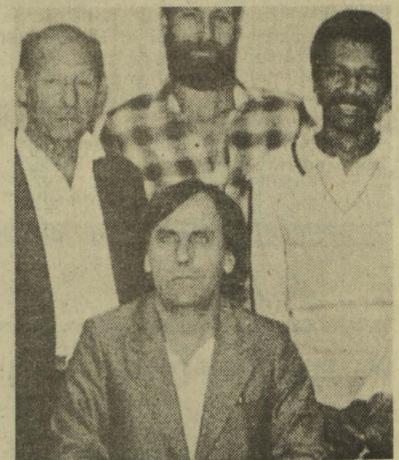
A chapa foi formada após longo processo de discussão e eleições nas fábricas. A unidade conseguida no processo eleitoral foi uma vitória para os metalúrgicos baianos. (da sucursal)

Congresso da UEE de S. Paulo dá apoio à Nova República

Foi realizado, no início do mês, o VI Congresso da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP), com a presença de 444 delegados. Os universitários deliberaram pelo apoio à Nova República e a necessidade de consolidação da democracia, a participação dos estudantes no debate da reforma universitária e eleições diretas para a próxima diretoria, em maio de 1986. Até lá funcionará uma diretoria provisória, encabeçada pelo estudante Claudio Sena, do Mackenzie, reeleito presidente da UEE, e contando com a participação de Carlos Watanabe (Esalq-Piracicaba), Dennis de Oliveira (USP-Capital), entre outros.

Com a realização do Congresso, o movimento estudantil golpeia a tentativa de divisão, puxada pela corrente "Libelu", que boicotou o encontro e anuncia a criação de entidades paralelas a nível estadual e nacional. Diretores da UEE-SP e da UNE, preocupados com a reforma universitária, lançaram uma proposta intitulada "Para mudar a Universidade", com a qual foi eleita parcela considerável dos delegados presentes.

(Dennis de Oliveira)



O novo presidente da entidade gaúcha

Comunitários de Novo Hamburgo vota na Unidade Popular

A chapa Unidade Popular venceu as eleições da União das Associações Comunitárias de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul. Foi eleito presidente o vereador Antônio Paz, do PMDB. A diretoria defende o rompimento com o FMI, a suspensão do pagamento da dívida externa e a participação popular na Assembleia Constituinte. Quer uma entidade aberta e participativa, se preocupando com os problemas dos mutuários do BNH, com a legalização dos lotes e das vilas de sub-urbanização etc. Propõe, ainda, o subsídio para o transporte coletivo e que a Câmara assumisse a responsabilidade pela fixação das tarifas e participação das entidades comunitárias na fiscalização do transporte coletivo. (da sucursal)

Petistas baianos desrespeitam voto dos professores

As duas chapas petistas que concorreram à eleição para a nova diretoria da Associação dos Professores Licenciados da Bahia, realizada nos dias 25 e 26 de setembro, até agora não aceitaram a vontade soberana da categoria que elegeu a chapa Muda APLB. Utilizando-se da legislação sindical fascista, tentam a todo custo anular o resultado do pleito.

A eleição, a mais concorrida da história da entidade, expressou claramente o anseio da base sindical: a chapa Muda APLB, encabeçada pela professora Maria José Rocha, a popular Zezé, obteve 982 votos, enquanto a chapa Gente Nova teve 346 e a Força Independente ficou com 340 votos. Nem juntos os petistas alcançariam o seu intento!

A estrondosa vitória da Muda APLB se deve à representatividade de seus integrantes e às propostas conseqüentes e combativas que fizeram. Desde a convenção de formação da chapa, que reuniu mais de 100 professores, a Muda APLB mobilizou a categoria, tendo como slogan de campanha "Por uma entidade ativa, democrática e respeitada".

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Desesperados, os petistas se uniram para pedir a impugnação do pleito. A desculpa utilizada, a de que houve fraude, é das mais esfarrapadas, já que o antigo presidente da entidade, Raimundo Batista, era o único responsável pela eleição e estava comprometido com os petistas.

Conforme explica Eduardo Chagas, tesoureiro da chapa Muda APLB, "com este argumento falso eles se incriminam ainda mais e conseguem apenas o repúdio e a indignação da categoria". Para ele, "qualquer que seja a decisão da justiça, nada mudará a consciência dos professores". Tranqüilos com o resultado do pleito, os integrantes da chapa vitoriosa já estão nas bases mobilizando a categoria para a campanha salarial e para a possível greve por um reajuste decente. (da sucursal)

Ministério da Saúde paralisado pelos cariocas

Os funcionários dos hospitais ligados ao Ministério da Saúde no Rio de Janeiro decidiram, nesta semana, entrar em greve por tempo indeterminado, só atendendo aos casos de emergência. Os servidores dos hospitais de saúde mental, tratamento de câncer e tuberculose reivindicam 80% de gratificação salarial (equiparação ao Inamps), redução da carga horária de 40 para 30 horas e o fim do corte nas verbas para a saúde.

O movimento paredista põe à nu a situação calamitosa destes hospitais, onde faltam medicamentos e pessoal para atender à população que necessita de tratamento especializado. Várias entidades médicas, sindicatos e associações comunitárias já se solidarizaram com os grevistas. E o próprio ministro Waldir Pires considerou justa a paralisação e encaminhou uma contra-proposta de 12,3% de reajuste - que será avaliada na assembleia da categoria. (Correspondente da TO no Hospital Pedro II)

Médicos e docentes devem ir à greve na Bahia

Na quarta-feira dia 9, os professores da rede oficial de ensino da Bahia realizaram um dia de greve como forma de advertir o governo para suas reivindicações - 200% de reajuste, regulamentação do Estatuto do Magistério e piso de três salários mínimos. Caso o governo não ceda, a tendência é o início da paralisação por tempo indeterminado. Também os professores da rede particular discutem a possibilidade de deflagrar a greve, após realizarem vitorioso protesto na terça-feira.

Já os médicos do Estado e da Prefeitura de Salvador decidiram em assembleia marcar nova paralisação para sexta-feira, dia 11. Na semana anterior já haviam paralisado suas atividades por um dia, como forma de protesto. Eles reivindicam um piso salarial de Cr\$ 4 milhões e mais o reajuste de 100% do INPC em novembro, além de adicional de insalubridade e de trabalho noturno. (da sucursal)

Conclat apresenta reivindicações para entendimento nacional

"1 - As condições que o movimento sindical considera intransponíveis para firmar o entendimento tripartite entre governo, empresários e trabalhadores são o atendimento das seguintes reivindicações básicas: trimestralidade e reposição salarial; jornada de 40 horas semanais, sem redução de salários; estabilidade no emprego no período de duração do entendimento; comissões de empresa; implementação imediata do plano de reforma agrária do Mirad/Incrá.

"2 - Consideramos como questão essencial para a viabilização de tais medidas a abordagem da questão da dívida externa, cujo posicionamento definido nesta plenária é o seguinte: Moratória unilateral, com a suspensão do pagamento do principal e dos juros da dívida pelo prazo mínimo de 10 anos. Em contrapartida, impõe-se o imediato reaquecimento da economia, com plena oferta de empregos".

Em síntese, esta foi a principal resolução na Plenária Nacional da Conclat (Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras), realizada nos dias 4 e 5 de outubro em Brasília. O encontro, com expressiva representatividade sindical (ver quadro), debateu vários temas (Constituinte, dívida externa, reforma agrária e organização do congresso sindical em marco do ano que vem),

detendo-se mais na candente discussão sobre a proposta do governo da Nova República da realização de um amplo entendimento nacional, também chamado de "pacto social".

Após constatar que o movimento sindical não pode ficar na defensiva no debate político sobre as saídas para a atual crise do país, a Conclat concluiu que é necessário os trabalhadores tomarem a iniciativa

OPINIÃO

Negociar sem capitular

A Conclat demonstrou maturidade ao aceitar o diálogo proposto pelo governo na busca do tão falado "entendimento nacional". Mesmo a CUT caminha nesse rumo. Paulo Paim, secretário geral da central petista, afirmou recentemente que a CUT "está aberta ao diálogo" e que até já apresentou sua proposta para "conversar sobre o pacto social".

Ao propor o entendimento nacional, o governo da Nova República evidencia sua preocupação com os efeitos da crise econômica que abala o país. Teme, conforme ressaltou José Sarney na ONU, que a crise leve à desestabilização do governo e obstaculize o processo de democratização em curso. Por outro lado, ao chamar os sindicalistas para conversação, atesta a força dos trabalhadores no cenário nacional, particularmente agora quando se nota um novo ascenso do movimento grevista.

O movimento sindical não poderia ignorar estes fatos e nem se furtar ao diálogo sobre as saídas para a atual crise. Mas, ao mesmo tempo aceita conversar, a Plenária da Conclat decidiu acertadamente

tomar a dianteira e apresentar as principais reivindicações dos trabalhadores brasileiros. Delas não pretende abrir mão. Está disposta a negociar, mas não a capitular ou transigir com os anseios da nação.

As conversações prometem ser duras. O patronato, acostumado com os anos de ditadura, mostra-se inflexível. Mesmo no governo há vozes frontalmente contra os interesses dos trabalhadores.

As conversações com o governo e os patrões, servem, no mínimo, para mostrar mais uma vez que os assalariados têm uma resposta para solucionar a dramática crise: a suspensão do pagamento da dívida externa. Servirão também para atestar que o movimento sindical não é inflexível, aceita dialogar, mas não está disposto a transigir com as suas principais reivindicações e continuará utilizando-se do recurso da greve para conquistá-las. Por último, contribuirão para mostrar a toda a nação o reacionarismo e a ambição dos empresários - os principais responsáveis pela situação de caos que vive o país.

Resoluções avançadas e conseqüentes

Além do correto posicionamento frente à questão do "pacto sindical", a Plenária Nacional da Conclat abordou de forma conseqüente e combativa outros importantes temas da conjuntura brasileira. De certa forma, as resoluções refletiram a presença significativa no evento dos sindicalistas mais progressistas, a que acabou por inviabilizar propostas dos setores atrasados e pelegos que integram a Conclat.

Exemplo disso ocorreu na discussão sobre a dívida externa. Após inúmeras intervenções, que evidenciaram o papel nefasto da dependência dos banqueiros estrangeiros, houve unanimidade na aprovação da proposta de suspensão do pagamento da dívida. A resolução representa um avanço da Conclat, já que no seu último congresso, em outubro de 1983, esta proposta foi derrotada pelas visões mais moderadas e imobilistas.

Ainda com relação à dívida externa, a Conclat decidiu dobrar esforços no sentido de pressionar o governo a tomar uma postura soberana no tratamento da questão. Neste sentido, decidiu-se intensificar a campanha de massas pela suspensão do pagamento e participar ativamente dos atos unitários, CUT-Conclat, do próximo dia 23 de outubro.

CONSTITUINTE EM 86

O tema que gerou maior discussão, no entanto, foi sobre a Assembleia Nacional Constituinte. Os sindicalistas fizeram questão de desmontar os vários pontos polêmicos existentes sobre o assunto, tais como as propostas do candidato avulso e da Constituinte exclusiva ou autônoma. Num clima de unidade, as duas teses foram acertadamente rejeitadas.

"Estas propostas só favorecem o grande capital, ajudam a corromper a constituinte", enfatizou Simão Almeida, presidente da

Associação dos Servidores da Universidade Federal da Paraíba. Para ele, "o tal do candidato avulso é coisa de gente exótica. Num momento em que é necessário fortalecer a democracia, conseqüentemente reforçar os partidos, alguns elitistas querem ser candidatos de si próprios. Diante de tantos partidos, esses notáveis não se encaixam em nenhum. Isso só facilita o poder econômico. O candidato não tem compromisso com nada e não se consiga mesmo e seus apadrinhados. O mesmo ocorre com a Constituinte exclusiva. Querem tumultuar o processo, fazer duas eleições num mesmo ano. Quem sai ganhando são os que têm dinheiro para aplicar nas campanhas".

A Plenária da Conclat reafirmou que a Constituinte deve ser eleita em novembro de 1986 e defendeu que os eleitos deverão ter poderes congressuais e que só poderão se candidatar através dos partidos políticos. Também concluiu por massificar a campanha. Mauro Brandão, diretor do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, chegou a sugerir que " façamos uma campanha de rua comparável à das diretas-já. Só assim o povo poderá interferir na Constituinte, impor seu programa. Caso contrário, o poder econômico fará uma Constituição mais reacionária que a atual".

REFORMA AGRÁRIA

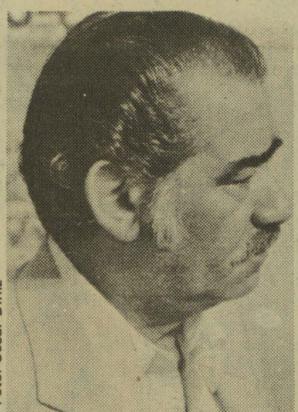
Por último, os sindicalistas assinaram uma moção endereçada ao governo reclamando a imediata aprovação do Plano Nacional de Reforma Agrária. Frente às notícias de interferência do Conselho de Segurança Nacional do SNI e das Forças Armadas contra o projeto original apresentado pelo Mirad/Incrá, a Conclat manifestou o entendimento de que a reforma agrária é uma questão política e social, que não pode ser tratada como questão militar.



A trimestralidade, bandeira de todos os grevistas, é questão de honra na discussão do "pacto"

na discussão com o governo, apresentando suas reivindicações e sugestões com limpidez e firmeza. Neste sentido, a Plenária da Conclat concordou em tomar parte no diálogo com o governo e os empresários, mas decidiu negociar em cima de uma pauta reivindicatória pré-fixada. Conforme foi acentuado, o sindicalismo brasileiro não abrirá mão das cinco exigências básicas acima citadas.

Para participar da conversação também foi eleita, democraticamente, uma comissão de dez sindicalistas da Conclat. A comissão não terá o poder de fechar acordo com o governo e os patrões, mas apenas de encaminhar os debates, respeitando as decisões da Plenária Nacional. Aprovada por ampla maioria, ela reflete a correlação de forças existente no interior da Conclat. Só ficaram excluí-



Joaquim: "forma de pressão"

Participação expressiva

Sindicato de Trabalhadores Urbanos	227	467 representantes
Federação de Trabalhadores Urbanos	45	62 representantes
Associação de Servidores Públicos	26	28 representantes
Confederações Nacionais	5	23 representantes
Sindicato de Trabalhadores Rurais	15	17 representantes
Federações de Trabalhadores Rurais	2	2 representantes

TOTAL DE PARTICIPANTES 320 599 representantes

dos da comissão os sindicalistas vinculados ao PCB, que devido a sua debilidade e dubiedade no movimento sindical não tiveram como bancar nem ao menos um representante.

A comissão de negociação da Conclat é composta por Joaquim Andrade, dos Metalúrgicos de São Paulo; José Francisco, da Contag; José Calixto, da CNTI; Rogério Magri, dos Eletricistas de São Paulo; Oswaldo Ribeiro, dos Aeroviários de São Paulo; Ricardo Baldino, da Construção Civil de Porto Alegre; Francisco Del Prá, da Federação dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro; Sérgio Barroso, dos Médicos de Alagoas; e mais um representante sindical do Pará e outro de Minas Gerais, a serem eleitos.

"A GREVE É NOSSA ARMA"

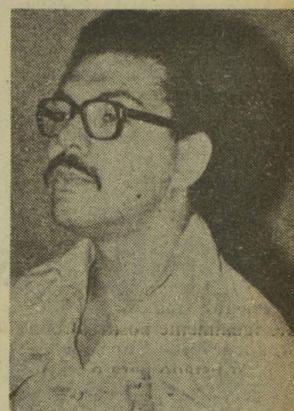
Em entrevista exclusiva a *Tribuna Operária*, três dos dez representantes da Conclat nas prováveis conversações com o governo e patrões falaram o que esperam do diálogo. Para Joaquim Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e coordenador da Conclat, "iremos para as negociações com uma posição firme: não abriremos mão de nenhuma das nossas reivindicações e nem das armas que temos para conquistar os nossos direitos, como a greve".

O dirigente sindical não acredita na disposição sincera dos empresários de chegar a um entendimento nacional. "Não boto fé na disposição dos patrões de negociar. Eles estão acostumados a dar apenas migalhas e agora, órfãos da ditadura, estão agindo ainda com maior dureza contra os trabalhadores. É só ver as negociações salariais da nossa categoria com a Fieps. A entidade patronal garante que não cede nada e que vai endurecer. Então, como acreditar neles?"

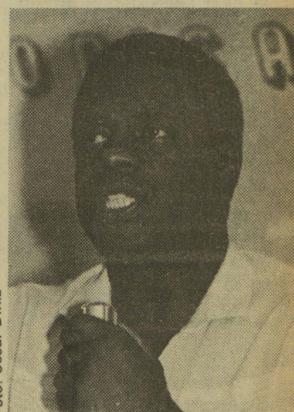
"Nós estamos pagando para ver", comenta Joaquim. Para ele, "é certo não negar o diálogo proposto pelo governo. Mas vamos para ele com o pé atrás. Nosso principal objetivo é criar mais um instrumento de pressão contra a atual política econômica. Utilizaremos o nosso espaço para mostrar ao governo que não há como resolver os problemas da nação sem atacar a dívida externa, sem suspender o pagamento da dívida".

"SEM CAPITULAÇÃO"

Sérgio Barroso, diretor do Sindicato dos Médicos de Alagoas e coordenador da intersindical do Estado, concorda com as ponderações do dirigente metalúrgico. Segundo sua opinião, "o governo está impondo entendimento porque sabe que a atual crise pode



Barroso: "tomar a dianteira"



Oswaldo: "hora de dizer basta"

levar à sua desestabilização. Por outro lado, o governo reconhece o poder do movimento sindical. Percebe que há um ascenso do movimento grevista e das lutas dos trabalhadores por seus legítimos direitos".

Segundo este raciocínio, Barroso acha que "o sindicalismo brasileiro deve tomar a dianteira, aproveitar-se do amadurecimento das nossas lutas, e ir à mesa de negociações com firmeza exigir as nossas cinco reivindicações principais. Temos experiência em negociar, afinal fazemos isto quase que diariamente nas lutas específicas das nossas categorias. O que precisamos é manter firmes nossas reivindicações. É uma negociação, não uma capitulação, não uma traição aos interesses dos trabalhadores".

"O trabalhador já cedeu muito durante os 21 anos de regime militar. Agora é o momento de dizermos um basta", afirma Oswaldo Ribeiro, presidente do Sindicato dos Aeroviários de São Paulo. No seu entender, "para existir qualquer entendimento nacional é preciso reduzir os lucros dos empresários, conter a remessa do nosso dinheiro para o exterior. Os trabalhadores não têm mais o que dar, não têm mais o que oferecer. É hora de dizermos uma palavra de ordem: greve geral".

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Bradesco grila e compra a justiça no interior baiano

Há muito tempo que se planta e cria na Região dos rios do Meio e Santo Antônio, onde moram e trabalham quase 100 famílias. A vida simples desta antiga comunidade de humildes posseiros sempre foi respeitada. Mas essa paz durou pouco.

Em 1980, Roberto de Souza Leão começou a grilar nessa área. Hoje, depois de comprar a grilagem de Roberto Souza Leão, a firma Bradesco Capitalização S.A., invade posses e propriedades, saqueia, destrói e incendia cercas, barracos, currais e outros benefícios de posseiros que trabalham e criam um rebanho de 20 mil cabeças de gado, na área desde o tempo de seus avós. De pouco tempo pra cá, com muitos homens na área, sob as ordens de seus encarregados, Florêncio de Almeida Lauro e José Francisco de Almeida, conhecido como "Zezeca", o Bradesco tem praticado uma série de violências, chegando a fechar estradas com cancelas, guardadas por homens armados, para impedir a passagem do gado para os Fechos de Gerais, sem os quais, morrem de fome nessa seca.

No fim de março deste ano, o Bradesco entrou com uma Ação de Manutenção de posse através do processo nº 048/85 na Comarca de Correntina-Ba contra 13 das quase 100 famílias de posseiros e com um pedido de liminar. Em 17 de maio, menos de 2 meses depois, a liminar foi concedida pelo juiz da Comarca, Valmir Santos de



Oliveira, com base nas declarações de 3 testemunhas: Florêncio de Almeida Lauro, José Francisco de Almeida, o "Zezeca", e Manoel José do Nascimento, todos funcionários do Bradesco. Disto, podemos deduzir a "imparcialidade" como está sendo conduzido o processo.

Apoiado nessa liminar e no pavor das famílias, o Oficial de Justiça, Alcides Dourado, na madrugada do dia 11 de junho invadiu armado, acompanhado de 2 policiais e "Zezeca", a casa da posseira Malvina Barbosa, em busca de seu marido João

Batista Pereira dos Santos e de seu irmão Alcebiades Alves de Oliveira. No dia 30 de junho "Zezeca" queimou um curral e uma cerca de 400 metros, na posse de José Alves Barbosa, na Fazenda Taboquinha na mesma área. José Francisco de Almeida, o "Zezeca", no dia 6 de julho à 1 hora da tarde, queimou um barraco, um curral, derubou 400 metros de cerca e roubou duas bolas de arame na posse de Domingos da Silva, na fazenda Pajeú, na mesma área. Com respaldo "legal" da mesma liminar, Florêncio de Almeida Lauro, encarregado de campo do Bradesco na área,

na companhia de 10 homens, dia 30 de julho, destruiu um curral e 400 metros de cerca do posseiro Ivo Benício da Silva na fazenda Cabaceira Grande. No dia 2 de setembro os mesmos José Francisco de Almeida, "Zezeca" e Florêncio de Almeida Lauro, roubaram 6 bolas de arame do posseiro José Alves Barbosa, a Fazenda Taboquinha. A população correntinense aguarda curiosa o desenrolar do processo pra ver se o julgamento vai sair com a mesma rapidez com que foi concedida a liminar, digna de "um bom jurista". (Paulo Oisivici - Correntina, Bahia)

Mulheres terão delegacia em Curitiba

Mulheres trabalhadoras, sindicalistas, estudantes e intelectuais, entre outras, reuniram-se, numa grandiosa promoção do Conselho Municipal e do Grupo de Trabalho do Conselho Estadual da Condição Feminina para debater com o Secretário de Segurança e da Justiça do Paraná a situação da mulher, a violência e a implantação da Delegacia de Defesa dos Direitos da Mulher em Curitiba.

O evento contou com a presença da Dra. Rosmary Corrêa, Delegada Titular da Delegacia do Direito da Mulher em São Paulo, que relatou aos participantes as experiências adquiridas no atendimento às mulheres paulistas vítimas de violência, demonstrando a importância e a necessidade de amplos canais e sérias medidas governamentais no combate à discriminação e às injustiças cometidas contra a mulher.

A União de Mulheres de Curitiba apontou preocu-

pações bem recebidas por quase todos os participantes, entre elas: 1 - a realização de um seminário com a participação dos movimentos de mulheres e autoridades ligadas à questão, com o objetivo de ampliar a compreensão das futuras funcionárias da Delegacia sobre a problemática da mulher, as causas da violência e o papel da Delegacia; 2 - a orientação política das vítimas de violência que recorrem ao referido órgão visando despertar a conscientização da mulher e seu engajamento na luta por uma nova realidade social criando-lhe certas condições para reagir ou evitar a violência.

As curitubanas continuam, principalmente através de suas entidades femininas, debatendo a questão da mulher e a implantação da delegacia, a 2ª do gênero em toda a América Latina.

(Lúcia Santos, coordenadora geral da União de Mulheres de Curitiba - Paraná)



Reforma agrária não é terrorismo!

No dia 13 de setembro de 1985 às 2:00 horas da tarde, foi realizado numa sala de escritório da Emater, uma reunião para elaboração do PMAI/85/86, com a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itamarandiba, Emater, Prefeitura Municipal, Secretaria do Trabalho, Inspecção do Colégio Estadual São João Batista etc...

Após a abertura da reunião Marina do Seta deu início às discussões. O presidente do Sindicato, Sr. Geraldo Martiniano dos Santos, sentiu-se contra a parede quando colocou-se as propostas da reforma agrária, e se fez referências à fome, ao desemprego, às más condições de trabalho para o pequeno agricultor. Mas suas propostas mais que justas, foram imediatamente desviadas pelo prefeito Afonso Arinos Gandra

e alguns de seus cúmplices e puxa-sacos.

O prefeito de Itamarandiba, ex-PDS, declarou não gostar do ex-orientador da Fataemg, Benedito Porto (Bené) e sua esposa Ana de Lourdes Porto. Bené é um grande lutador pela defesa dos trabalhadores para que seus direitos sejam respeitados. Muitas vezes Bené passou a noite junto a tantas famílias enfrentando coronéis armados, jagunços a mando das grandes empresas como a Caf, que queria despejar 28 famílias de posseiros na Fazenda Manoel Pereira. Graças ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o grande lutador pelos direitos dos trabalhadores, os posseiros estão cultivando a terra. Por tanto o Prefeito de Itamarandiba, não apoia a luta do Sindicato, e diz não gostar de Bené e sua esposa, a Secretá-

ria do Trabalho e Ação Social.

Parece que o prefeito não aprova o órgão que apoia as lutas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itamarandiba, pois não gosta de Ana de Lourdes e Bené ex-Orientador Sindical, Geraldo Martiniano dos Santos presidente do Sindicato, entendeu isso, quando buscava a resposta de um ofício ao gabinete do prefeito, pedindo local para uma reunião, que discutiria com os trabalhadores o plano de reforma agrária do Governo Federal. O prefeito falou que não gostava do Presidente do Sindicato que vem denunciando seus malfeitos em Itamarandiba, contra os trabalhadores. Falar em reforma agrária, aqui é o mesmo que planejar um ato de terrorismo. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itamarandiba, vive enfrentando grandes proble-

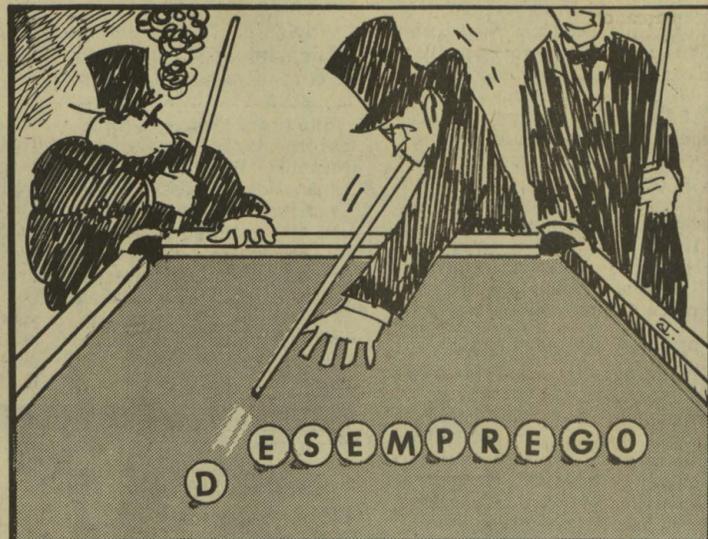
mas em Itamarandiba, a Prefeitura Municipal, Afonso Arinos de Campos Gandra conta com 90% dos votos dos trabalhadores em sua próxima candidatura para Deputado Estadual nas eleições de 86. O prefeito é contra o plano da Reforma Agrária do Governo Federal, dizendo que no município de Itamarandiba, não cabe a Reforma Agrária. Isso é o que ele quer e pensa, mas nós, trabalhadores do campo e da cidade, queremos reforma agrária com ou sem ajuda do Prefeito de Itamarandiba e demais componentes de seu grupo anti-reformário. Os trabalhadores do município de Itamarandiba e de todo o Brasil querem mudanças, querem uma democracia livre e soberana no Brasil e só haverá mudanças com a reforma agrária no Brasil! (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itamarandiba - Vinas Gerais)



fala o POVO

Nas capitais dos Estados e nas cidades anteriormente consideradas como "zona de segurança nacional" estarão se realizando daqui a pouco mais de um mês eleições para as prefeituras. Trata-se de um acontecimento de grande importância política, onde estarão, de um lado, os interesses do povo, do progresso e da consolidação da democracia. Do outro lado aliam-se representantes do atraso e responsáveis pelos tempos mais negros do regime militar. Consideramos de grande importância que você, amigo leitor, se pronuncie sobre esses acontecimentos. O Fala o Povo está aqui à sua disposição. Aqui você dá sua opinião e exige suas reivindicações.

(Olivia Rangel)



Empresa de seguros trata empregados como mercadorias

Solidários aos companheiros da Internacional de Seguros, viemos de público denunciar as demissões que vêm ocorrendo frequentemente naquela companhia, cerca de 60 nesses últimos dias. Não podemos mais aceitar essa manobra nefasta do Sr. Nagi Nahas, trambiqueiro de marca maior, já processado nos Estados Unidos, que deseja transferir a sede da companhia para São Paulo.

Esse fato vem levando bastante intranquilidade aos funcionários, posto que, a cada semana as demissões vêm se concretizando e, o que é pior, com a total conivência do sindicato da categoria securitários, cuja diretoria representada pelo seu arqui-pelego Júlio Menandro (há mais de 13 anos no sindicato alternando presidência e vice) apenas solicitou uma reunião "amistosa" para resolver a dúvida. Vale ressaltar que a empresa

tem em torno de seiscentos funcionários que, simplesmente estão sendo tratados como mercadorias (o que aliás é regra básica do capitalismo), sem terem a menor chance, principalmente pelo fato do sindicato estar totalmente descomprometido com a classe operária. Por isso, é que utilizamos essa tribuna como instrumento de nossa luta contra os traidores dos trabalhadores não só da Internacional de Seguros como também de todos outros securitários que dão o seu suor em troca de salários infames, enquanto os barões testas-de-ferro do seguro, desfrutam das maiores mordomias e ainda se promovem através do esporte (vide equipe Bradesco/Atlântica, torneios de tênis Sul América etc.). Basta de demissões! Chega de salários de fome!

(Grupo de Securitários-Oposição Rio de Janeiro)

A paz no coração

A poesia abaixo é de autoria do médico baiano Giuseppe Muccini, de Juazeiro. Foi declamada pela primeira vez há quase 40 anos, no Congresso pela Paz, realizado em Niterói. E voltou a ser declamada pelo próprio autor no lançamento do PC do Brasil em Juazeiro, em 28 de setembro.

A paz no coração
eu vi Elisa Branco
como um raio, um arranco,
elettriz multidões.
E de repente, no espaço,
branca pomba de Picasso
e a paz no coração.

Eu vi a juventude
firme vibrar de atitude
O "apelo" sempre nas mãos
colhendo uma assinatura
balaarte que assegura
a paz no coração

Eu vi minha Bahia
na medalha de Maria
campeã Maria Brandão
na Baixa do Sapateiro
construindo o dia inteiro
a paz no coração.

Eu vi a classe operária
consequente temerária
as mensagens da prisão
a idéia não se cativa
morra a guerra, abaixo os tiros
a paz no coração.

Família Gadelha ataca de novo, com corrupção

Atendendo a denúncia através de ofício formulado pela bancada do PMDB na Câmara Municipal de Sousa, Paraíba, o Tribunal de Contas do Estado instalou auditoria especial nessa prefeitura, para que fossem apuradas as irregularidades praticadas pelo prefeito Nicodemos de Paiva Gadelha, primo do senador paraibano Marcondes Bezuides Gadelha.

A iniciativa dos vereadores deu-se por ocasião da análise da prestação de contas apresentada pelo Prefeito Nicodemos Gadelha, a qual enumerava obras fantasmagóricas e compra de equipamentos por valor superior ao

do mercado nacional.

Na sua prestação de contas, o prefeito relacionou entre outras a construção de dois grupos escolares no bairro do Angelim, quando na verdade fora construído apenas um; aquisição de sistemas de som do Terminal Rodoviário por Cr\$ 14,5 milhões na época, quando seu valor real era inferior a Cr\$ 3 milhões; construção de 16 poços artesianos na zona rural não localizados pela população.

Há uma grande expectativa na cidade, e a população espera que, comprovadas as denúncias, os infratores sejam punidos. Os colaboradores da T.O. em Sousa, Paraíba)

A saga dos 50 anos dos Jogos Abertos do interior de SP

Santo André foi a capital do esporte amador brasileiro durante a primeira quinzena de outubro. E a maior autoridade da cidade nesses dias não foram o prefeito, o juiz, o bispo, o delegado ou o presidente da Câmara, mas sim Antônio Carlos Moreno, presidente do Comitê Organizador dos Jogos Abertos do Interior, ali disputados.

Moreno, titular da Seleção Brasileira de Vôlei de 1964 a 1982, atual técnico da Hebraica de São Paulo, combinou receber a T.O. na manhã do quinto dia da disputa, na Central de Imprensa dos Jogos. A reportagem foi encontrá-lo um andar abaixo do local marcado. Para alcançar o andar superior, através de 20 metros de corredor e dois lances de escada, foram gastos 20 minutos, tal é o assédio de que Moreno é vítima.

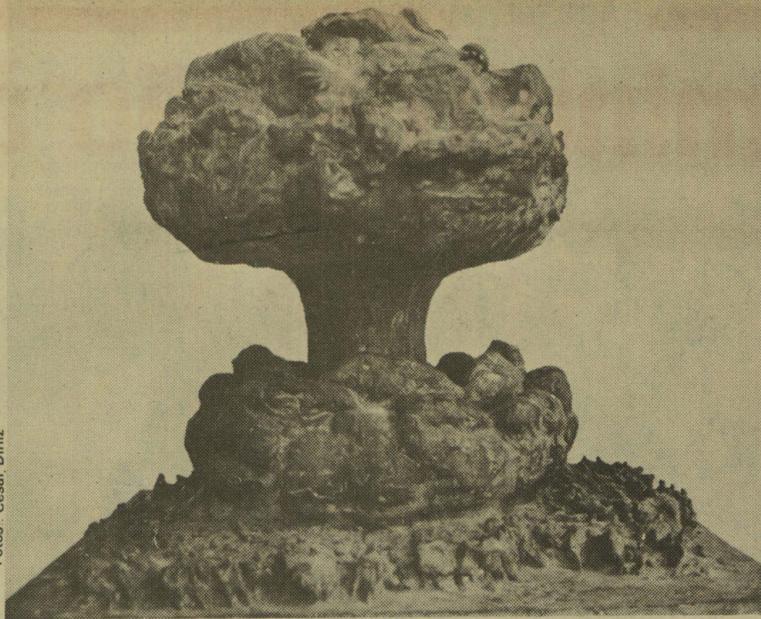
"Todo esse corre-corre", explica Moreno, "ajuda a demonstrar a grandiosidade dos Jogos deste ano, que comemoram 50 anos. Estão sendo disputadas 18 modalidades, número recorde, como também são números recordes as 126 cidades inscritas e os 6.800 atletas participantes. Para chegar a esse resultado, tivemos que alterar os regulamentos para que metade dos competidores não fosse eliminada já no primeiro compromisso, pelo critério do 'perdeu, cai fora'. A participação de equipes com qualidade técnica mediana aumentou. E é na participação de competições importantes que surgem revelações e novos talentos".

50 ANOS DE JOGOS

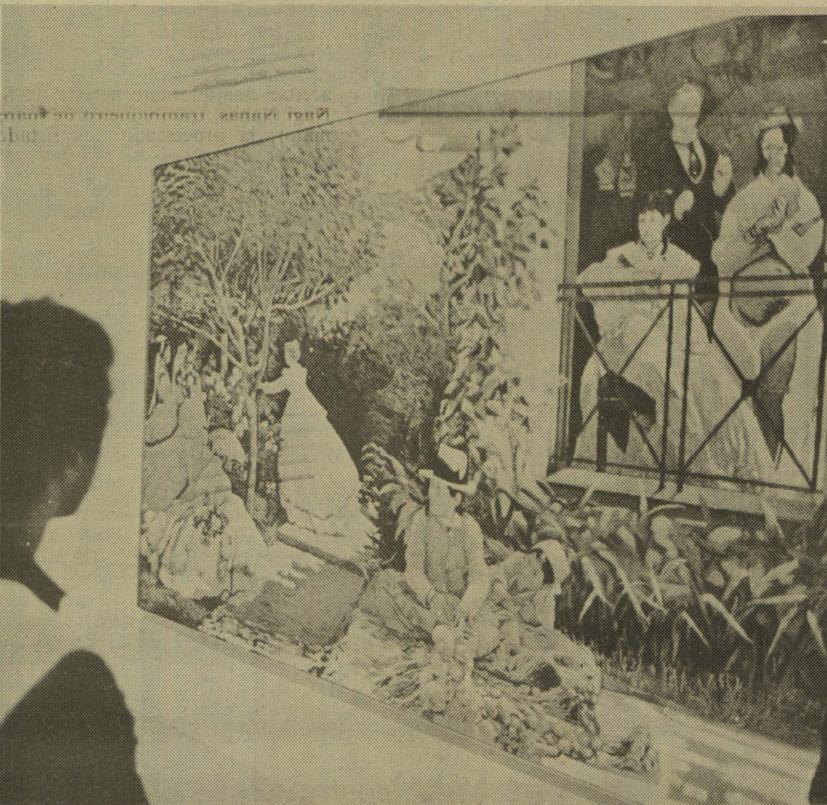
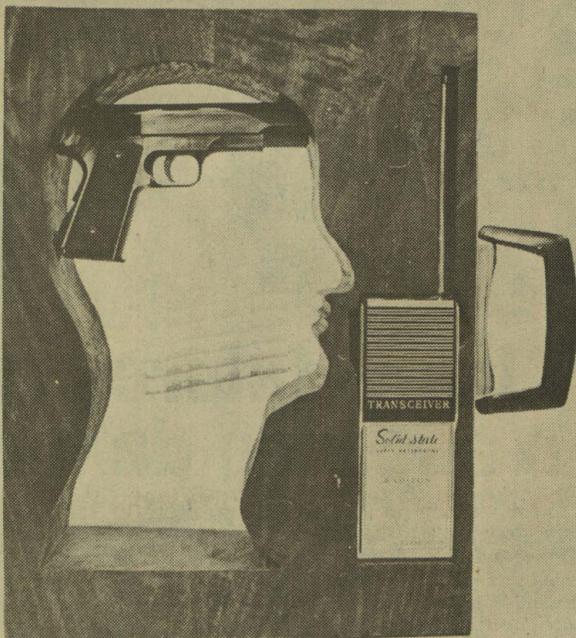
Em 1936, por iniciativa de Baby Barioni, esportista de Monte Alto, interior de São Paulo, 12 cidades disputaram um torneio de basquete masculino, na época chamado "cestobol". Entre elas, algumas eram de Minas, e os jogos foram disputados numa quadra descoberta, de chão batido. Aí tiveram início os Jogos Abertos do Interior de São Paulo. Nos anos seguintes outras modalidades foram incluídas e as cidades do interior revesaram-se na organização do torneio.

O principal inimigo de Barioni e dos Jogos era o major Sílvio Padilha, que desde 1970 ocupa a presidência do Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Padilha na época reinava no esporte amador de São Paulo, e via nos Jogos um prestígio que não conseguia capitalizar para seu nome. Em represália, negava verbas estaduais às cidades que participavam da competição. Mas os jogos desenvolveram uma infra-estrutura apoiada apenas nos municípios, como agora ocorreu em Santo André.

Somente em 1967, quando preparava-se para abocanhar a presidência do COB, que Padilha reconheceu oficialmente os Jogos, tentando ganhar apoio para sua candidatura. Barioni morreu em 1968, meses antes dos primeiros Jogos Oficiais, que hoje são um modelo de competição amadora. (Jessé Madureira)



Fotos: César Diniz



"Caixa de Segurança", do chileno Reide, reflete o estado policial de Pinochet; "Esperando Segundo Monet e Manet", do peruano Hermán Braun-Vega; e o protesto de jovens na rampa da Bienal.



A xilogravura do brasileiro Rubem Grilo aponta a luta de classes em "Sem Cruzeiros"; cogumelo atômico, esculpido pelo venezuelano Manuel de la Fuente em "Princípio e fim"

18ª Bienal, uma feira de artes plásticas

Um dos eventos culturais mais esperados da capital paulista, a 18ª Bienal de São Paulo, teve início no último dia 4, no Ibirapuera. Até o dia 15 de dezembro, os visitantes poderão ver as 2.440 obras de 700 artistas plásticos de 46 países (300 artistas brasileiros). Os mais diferentes estilos e temas, abordados de inúmeras formas.

A abertura da exposição foi prestigiada pelo presidente José Sarney, que destacou: "Em nenhum lugar do mundo haverá um artista com pleno poder de sua arte se não houver liberdade de expressão". E de fato, o fim da censura, conquistado com a Nova República, possibilita as mais diversas manifestações plásticas nesta Bienal. Além da exposição propriamente dita, existem várias atividades paralelas, como exibições de filmes, música, palestras, intervenções etc.

A democratização da Bienal, a abertura para novos talentos brasileiros, sempre foi tema de debates em associações profissionais de artistas e órgãos da categoria. A atual mostra traz essa novidade. Vale a pena ver o que artistas brasileiros, gregos, nicaraguenses, poloneses e de outras nacionalidades estão produzindo.

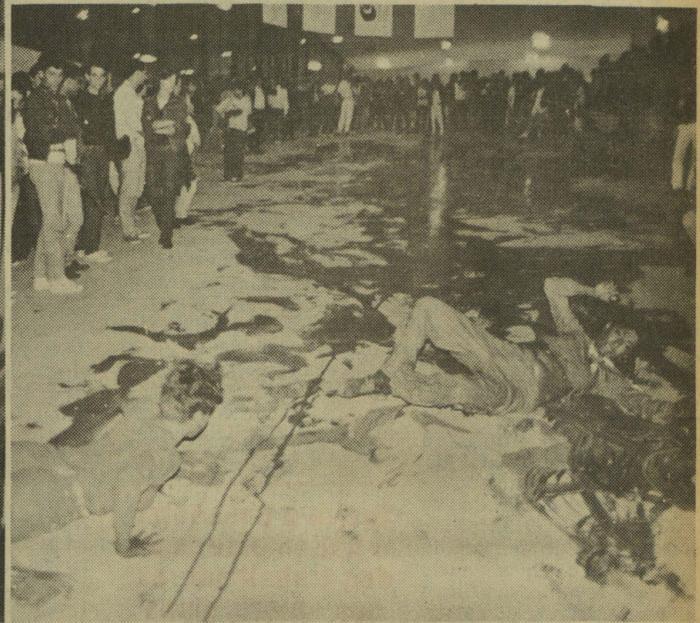
Há obras que merecem ser observadas com mais vagar, numa exposição tão numerosa. É o caso das esculturas do venezuelano Manuel de la Fuente, as xilogravuras do brasileiro Rubem Grilo, os trabalhos do chileno Alejandro Reid,

os enormes quadros do peruano Hermán Braun-Vega.

Declarações marcadamente políticas também se fazem presentes, como o manifesto dos artistas visuais "Saka Tjopu", do Suriname, onde afirmam: "O aspecto educacional da arte deveria ser considerado especificamente como uma força libertadora".

Também experimentações formais alienadas estão expostas, influência do confucionismo ideológico que campeia no capitalismo em sua fase decadente. E as manifestações mais variadas ocorrem, como as de um grupo de três jovens que, no dia 8, cobriram seus corpos de tinta vermelha e rolaram por uma das rampas de entrada da Bienal. Devido ao alto estado ético dos "artistas", não foi possível apurar se aquilo que faziam eram um protesto ou um "ato criativo". Em todo caso, as manchas que deixaram no chão não diferiam muito de algumas telas penduradas nas paredes da exposição...

São essas manifestações díspares que os visitantes poderão assistir, de terça a domingo, das 13 às 23 horas, no Salão da Bienal. O ingresso custa Cr\$ 10 mil, mas às terças-feiras a entrada é gratuita, o que facilita a organização de caravanas de escolares. A 18ª Bienal permanecerá aberta até o dia 15 de dezembro. (Francisco Martins, Carlos Pompe)



Advertisement for 'ARE PAU BRASIL' featuring contact information for book, magazine, and poster sales.

Advertisement for 'Tribuna Operária' listing subscription rates and contact information for various regional offices.

Advertisement for 'Tribuna Operária' featuring a graphic of a man holding a newspaper and promotional text.

Advertisement for 'CDM' (Centro de Documentação e Memória) with a subscription form and contact details.

Metalúrgicos mineiros vão à greve

A maré grevista que se alastra pelo país chegou segunda-feira, dia 7, ao coração operário de Minas Gerais. Os metalúrgicos de Belo Horizonte-Contagem e de Betim fizeram greve por três dias, enfrentando forte aparato policial. Na noite de quarta-feira eles voltavam ao trabalho, após obrigarem os patrões a alguns recuos em Belo Horizonte-Contagem.

Durante as negociações no primeiro dia de paralisação, os patrões de Belo Horizonte e Contagem não arredavam pé de uma proposta de fome: apenas 2 a 7,5% de produtividade, conforme o número de empregados da empresa, não à antecipação e nem conversa sobre a trimestralidade e a redução da jornada.

Porém a greve obrigou os capitalistas a pensarem melhor sobre o assunto e na negociação da tarde de quarta-feira eles aceitaram a proposta feita pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT): aumento por produtividade de 4 a 10% e antecipações salariais de 80% do INPC. A noite, em assembleia, os operários aceitavam o acordo e comemoravam o êxito parcial.

Já em Betim o patronato não cedeu e os metalúrgicos decidiram voltar ao trabalho, porém fazendo operação tartaruga e marcando nova assembleia para decidir sobre a continuidade da luta.

800 policiais na Mannesmann para impedir o direito dos operários

Em Betim a greve teve a participação de quase cem por cento dos 8.500 operários da Fiat e de três pequenas siderúrgicas: Amaral, Metalsider e Fortaero. Os 2.500 operários da FMB não aderiram ao movimento.

Em Belo Horizonte e Contagem entraram em greve 62 fábricas de porte médio e pequeno, na Cidade Industrial e no Cinco (Centro Industrial de Contagem). Entretanto, as duas maiores indústrias - as multinacionais Belgo Mineira e Mannesmann - não chegaram a parar. Contribuíram para isso as debilidades da organização operária e sindical dentro destas empresas e também a poderosa máquina policial-militar usada contra elas.

O governo mobilizou nada menos que 2 mil PMs, dos quais 800 foram só para cercar todas as portarias da Mannesmann. O Sindicato e os piquetes ficaram impedidos de ter qualquer contato com os operários que chegavam na fábrica, de ônibus, sob o cerco dos policiais.

A repressão interna também era intensa, com os chefes, diretores e encarregados ameaçando os metalúrgicos de demissão e até de agressão física, para que a multi-



Em contagem os operários conseguiram arrancar concessões do patronato, depois de três dias parados

nacional alemã não parasse as máquinas.

A repressão em Betim também alcançou níveis absolutamente incompatíveis com a Nova República. No segundo dia de paralisação, à tarde, os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim foram impedidos, a força, de entrarem nos ônibus que conduziam os operários da Fiat. Já os chefes, diretores e seguranças, com livre acesso aos ônibus, recolhiam todas as carteiras funcionais dos operários e só os devolviam depois que eles batessem o ponto. Mesmo assim metade dos trabalhadores daquele turno não se intimidaram e a produção não pôde normalizar-se.

Na manhã do terceiro dia de greve os veículos de propaganda do Sindicato de Betim foram detidos pela polícia em plena via pública, no viaduto que dá acesso à Fiat. Nem o deputado federal José Luís Guedes, que fora prestar solidariedade aos operários, conseguiu furar o cerco. Guedes chegou, inclusive, a sofrer ameaça de agressão. Seis diretores sindicais que permanecem ligados à produção da Fiat foram suspensos e ameaçados de demissão por justa causa.

Apesar disso poucos operários compareceram ao trabalho e mesmo estes cruzaram os braços dentro da fábrica, conforme decisão da assembleia.

Greve e passeata: o batismo de fogo dos trabalhadores das siderúrgicas

Por sua vez, os trabalhadores das pequenas siderúrgicas de Betim, que tiveram seu batismo de fogo nesta greve, realizaram uma pas-

seata pela cidade na terça-feira à tarde.

Embora Contagem e Betim formem a terceira maior concentração industrial do país, depois de São Paulo e do Rio de Janeiro, recebem salários inferiores à média nacional. E enfrentam condições de trabalho particularmente ruins, sobretudo nas fábricas pequenas.

Contagem fez a primeira grande greve depois do golpe, em 1968

Os operários da Fiat, uma grande empresa, com nível de consciência e organização mais elevado, fizeram uma greve de oito dias, em junho do ano passado. Já os metalúrgicos de Contagem tiveram a sua última experiência de greve geral ainda em 1979, mas têm o mérito de haver deflagrado o primeiro movimento grevista de vulto durante a ditadura militar, em abril de 1968.

Com a luta atual, além das conquistas econômicas efetivadas por parte dos grevistas, os operários mineiros temperam suas forças tendo em vista os combates do futuro, atentando em especial para a organização nas grandes fábricas, que se revelou débil para sustentar o movimento em condições de cerco e coação policial.

Já o governo do Estado de Minas Gerais, encabeçado por Hélio Garcia, um peemedebista oriundo do PP, apesar de ciente dos protestos dos sindicalistas contra a interferência policial no litígio entre operários e patrões, não mudou de rumo. Como se não estivéssemos na Nova República, continuou a tratar a greve como um caso de polícia. (da sucursal)

Alguns fatores que ajudam o ascenso da luta grevista

O Brasil vive um razoável ascenso grevista. Os metalúrgicos do Rio de Janeiro, e agora os de Minas, vêm de suas primeiras greves gerais desde 1979, e os bancários de uma exemplar paralisação nacional. Já no primeiro semestre do ano (veja o quadro) houve 2,6 milhões de grevistas. Hoje esta soma passa dos 4 milhões. E ainda pode crescer muito, dependendo das campanhas salariais em curso. Como explicar este aumento?

Sempre é bom precaver-se contra explicações esquemáticas e simplificadas na análise de um movimento de tamanho vulto. É necessário e possível, contudo, investigar os fatores gerais que o condicionam, inclusive para saber que rumo ele vai tomar. Atualmente, pelo menos três fatores se combinam para impulsionar as lutas grevistas.

HÁ MAIOR LIBERDADE

O primeiro deles é o fim da ditadura militar, a democratização do país. É verdade que a velha lei antigreve do tempo dos generais continua em vigor, mas já não há clima para aplicá-la. Tampouco há mais como intervir nos sindicatos ou cassar lideranças sindicais.

Isto facilita a mobilização de todas as categorias assalariadas, com destaque para aquelas dos chamados serviços essenciais. É o caso dos bancários, que antes tinham enorme dificuldades para recorrer à greve, como se constatou no Rio Grande do Sul, em 1979, e em São Paulo, em 1980 e 1983. O mesmo se pode dizer dos aeroviários, aeronautas, ferroviários e eletricitários de São Paulo, que deflagraram este ano suas primeiras paralizações desde 1964.

A liberdade atual ainda está longe de satisfazer os trabalhadores, mas há condições de ampliá-la, no curso da própria luta. Na campanha da Constituinte,

articulada com a mobilização sindical, o movimento operário pode por exemplo consagrar o direito às comissões de empresa, fazendo recuar a ditadura patronal que perdura dentro das fábricas.

Um segundo fator que multiplica as greves é a evidente justeza das reivindicações. Depois de 21 anos de esmagamento salarial em ondas sucessivas, salta aos olhos que, como afirmou o próprio presidente da República, "nosso povo chegou ao limite do suportável" e "é impossível solicitar sacrifícios adicionais".

Criam-se então situação como a da greve do Inamps, em junho quando o próprio ministro Waldir Pires, da Previdência, admitiu que as reivindicações eram justas e o governo, afinal, teve de ceder parcialmente.

Forma-se também na opinião pública, um ambiente de franca simpatia pelos movimentos grevistas. Um caso típico foi o dos bancários, em setembro: mesmo prejudicada, de certa forma, pelo fechamento dos bancos a população em peso torceu pelos grevistas, enquanto os banqueiros apareciam como os vilões da história, por sua ganância sem limite.

No calor dos movimentos que se sucedem, vai se forjando uma plataforma unitária do conjunto dos trabalhadores, em que aparecem com relevo reivindicações como a trimestralidade, a reposição salarial, as 40 horas semanais. Não são bandeiras inventadas por algum líder carismático, ou frutos simplesmente de reuniões intersindicais mas exigências do conjunto dos trabalhadores. Daí sua força, que aumenta a cada nova greve e a cada êxito parcial desta ou daquela categoria.

O FATOR ECONÔMICO

Há um terceiro elemento em cena que também estimula as greves: é a existência de uma recuperação, embora modesta e frágil, na economia.

Os últimos números do IBGE falam de um crescimento de 7,2% na produção industrial brasileira, nos 12 meses até agosto passado. O Dieese passou a registrar, a partir de maio e junho, uma ligeira diminuição das taxas de desemprego na Grande São Paulo.

A recuperação é modesta porque não basta sequer para o Brasil voltar à produção industrial de 1980 último ano antes da recessão. Segundo as estatísticas oficiais, se em 1980 a produção foi 100, passou para 91,4 em 1981, 91,3 em 1982, 86,8 em 1983, 91,7 no ano passado; em 1985, caso se confirme a previsão do governo, ficará ainda em 97,7.

É também uma recuperação frágil, porque acontece dentro de uma economia dependente ao extremo, escravizada e estenuada pela dívida externa. A qualquer momento, uma simples alta nas taxas de juros, decidida em Nova Iorque, ou alguma medida protecionista aprovada pelo Congresso americano em Washington, pode nos empurrar de novo para a recessão.

Contudo, mesmo com essas limitações, há uma recuperação. E a história mostra que, quando a produção está crescendo, criam-se condições mais favoráveis à luta grevista e à conquista de vitórias.

Quando a recessão campeia, os estoques se acumulam, sem comprador, e há multidões de desempregados na porta das fábricas, em geral o poder de pressão das greves sobre o patronato se reduz. Foi o que aconteceu no Brasil, por exemplo, em 1981, quando houve uma redução sensível no movimento grevista. É certo que outros fatores influem também no ritmo da luta; mesmo na recessão esta pode crescer e se politizar rapidamente - como aconteceu com a grande greve de 21 de julho de 1983. Mas, como regra, nas épocas de crescimento econômico o capitalista se incomoda bem mais com uma paralisação em sua fábrica, pois precisa das máquinas funcionando para atender seus clientes e embolsar seus lucros.

Hoje, por exemplo, as fábricas de eletrodomésticos não dão conta das encomendas do comércio para a época do Natal. É claro que nesta situação o poder de fogo de uma greve dos metalúrgicos de São Paulo aumenta sensivelmente.

Estes fatores merecem atenção detida, por parte dos líderes sindicais e de todos os trabalhadores conscientes, inclusive porque conforme a hora, o lugar e a categoria eles se manifestam com forma e intensidade diferenciadas. Corretamente avaliados, eles podem auxiliar o movimento operário e sindical a tirar o máximo proveito da realidade nova que o Brasil atravessa.



Na porta da Mannesmann, 800 policiais impediam a ação dos piquetes

